

LUCIANE BOTELHO MARTINS

**MAFALDA: GESTOS DE LEITURA A PARTIR DO FUNCIONAMENTO
DISCURSIVO DA INTERROGAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.
Área de Concentração: Linguística Aplicada

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aracy Ernst

Pelotas, RS

2015

LUCIANE BOTELHO MARTINS

**MAFALDA: GESTOS DE LEITURA A PARTIR DO FUNCIONAMENTO
DISCURSIVO DA INTERROGAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Marilei Resmini Grantham – FURG

Prof^ª. Dr^ª. Ercília Ana Cazarin – UCPEL

Prof^ª. Dr^ª. Aracy Ernst – UCPEL – Orientadora

Pelotas, 15 de dezembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ser essencial em minha vida, ao meu pai João Luiz que, mesmo sem estar presente fisicamente neste plano, faz-se presente em meu jeito de ser e ver o mundo, à minha mãe Ruth e à minha irmã Leiliane, por estarem presentes e apoiarem minhas decisões.

Aos meus filhos, Kevin e Evelyn que, embora não tenham conhecimento disso, iluminaram de maneira especial os meus pensamentos, motivando-me a buscar caminhos para a realização de meus sonhos.

À Prof^ª. Dr^ª. Aracy Ernst, minha orientadora, pela acolhida da minha proposta e pela paciência com que conduziu os encontros de orientação, momentos essenciais ao longo do meu processo de leituras, reflexões e escrita.

À Prof^ª. Dr^ª. Marilei Grantham, por ter despertado em mim a curiosidade pela Análise do Discurso, além de incentivar a continuidade de meus estudos.

À Prof^ª. Dr^ª. Ercília Cazarin, pela motivação, pela disposição em propor e esclarecer questões que pudessem contribuir para a realização deste trabalho.

Aos colegas do Laboratório de Estudos em Análise do Discurso (LEAD), pelos encontros de estudo, pelas discussões e pelos eventos que proporcionaram reflexões importantes para a realização desta pesquisa.

À minha tia e madrinha Máguida, pela calorosa acolhida durante meu primeiro ano de curso.

À Ana Paula Assumpção, minha dupla discursiva, pela parceria na realização de trabalhos, apresentações em eventos, além das longas conversas de incentivo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UCPel, pela excelente equipe de professores, fundamentais ao longo do meu processo de formação.

À Capes, pela concessão da bolsa, sem ela esta etapa de minha formação não teria sido possível.

RESUMO

Há pouco mais de cinquenta anos, nasce, na Argentina, a personagem que problematizaria uma série de questões de cunho social e político. Ao tornar-se referência a estudos sob o olhar de diferentes áreas e sabendo, pois, que o tema não se esgota, proponho, neste trabalho, algumas reflexões sobre o funcionamento discursivo da interrogação em Mafalda, na perspectiva da Análise do Discurso pecheuxiana, tal qual vem sendo trabalhada no Brasil. Para tal, mobilizamos alguns conceitos teóricos, entre os quais, destacamos: a leitura na perspectiva discursiva, o silêncio, a falta e o humor na produção de sentidos. Além disso, convém destacar que, ao tratar de textos sincréticos, em que figuram como protagonista uma menina, também mobilizamos conceitos referentes à imagem e ao gênero. Desse modo, com o propósito de contribuir para os estudos do discurso, refletimos sobre um arquivo formado por dez tirinhas, cuja observação leva-nos a duas formações discursivas predominantes, designadas, respectivamente, como formação discursiva anticapitalista e formação discursiva sexista. A análise assinala determinações sócio-ideológicas e imaginárias envolvidas na construção do humor em Mafalda, a partir da dimensão material linguística e imagética.

Palavras-chave: Leitura. Interrogação. Sentido.

ABSTRACT

For about fifty years ago, it was born, in Argentina, a character, who would problematize series of social and political issues. It becomes the reference in the studies of different areas and taking into account that the theme does not finishes itself. We propose, in this essay, some reflections about the discursive functioning of the question in *Mafalda*, taking as its theoretic perspective the Pêcheux's Discourse Analysis, as it has been worked in Brazil. For such, we mobilize some theoretical concepts, like reading in a discursive perspective, the silence, the fault and the humor as excess in a sense production. Furthermore, it should be noted, that concerning the syncretic text, in which the protagonist is a young girl, we also mobilize concepts referred to image and gender. Thus, with the purpose to contribute with discourse studies, we reflect about a file, formed by ten comic strips, whose observation lead us to two predominant discursive formations, named as anticapitalistic discursive formation and sexist discursive formation. The analysis points out socio-ideological and imaginary determinations involved in Mafalda's humor constructions. It is from the material linguistic dimension and imaginary.

Keywords: Reading. Question. Sense.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

FD – Formação Discursiva

FDA – Formação Discursiva Anticapitalista

FDS – Formação Discursiva Sexista

SDR – Sequência Discursiva de Referência

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	22
Figura 2	23
Figura 3	31
Figura 4	31
Figura 5	47
Figura 6	48
Figura 7	49
Figura 8	49
Figura 9	50
Figura 10	50
Figura 11	51
Figura 12	51
Figura 13	90

SUMÁRIO

Resumo.....	04
Abstract.....	05
Considerações iniciais	09
1 –A leitura na perspectiva discursiva	17
1.1 A memória discursiva e o pré-construído	20
1.2 A memória discursiva e o discurso transversal	28
2 – A falta e o silêncio instaurados em <i>Mafalda</i>	33
2.1 O lugar da falta	33
2.2 O silêncio como excesso	36
2.3 A interrogação: lugar da falta ou lugar do excesso?	40
2.4 O humor: o espaço da contradição	42
3 – O discurso em <i>Mafalda</i>	46
3.1 Os protagonistas	46
3.2 O discurso e a ideologia	52
3.3 O discurso e o gênero	55
3.4 O discurso e a imagem	58
4–Um gesto de interpretação	61
4.1 A identificação com a formação discursiva anticapitalista – FDA	62
4.2 A identificação com a formação discursiva sexista – FDS	70
4.3 O discurso religioso como discurso transversal.....	79
Efeitos de conclusão	87
Referências bibliográficas	94

Quando um personagem nasce, adquire imediatamente tal independência inclusive do seu próprio autor, que pode ser imaginado por todos em tantas outras situações em que o autor não pensou inseri-lo, e às vezes pode adquirir também um significado que o autor jamais sonhou em dar-lhe!

Luigi Pirandello

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nosso trabalho de pesquisa resulta de uma inquietação frente aos gestos de interpretação de alunos, quando submetidos ao processo de leitura das tirinhas da Mafalda, inquietação essa que é compartilhada por muitos professores de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental. Dessa forma, nosso interesse é examinar tirinhas nas quais a personagem Mafalda – protagonista do gênero feminino – faz questionamentos por meio de perguntas feitas de forma direta e indireta.

Nossa pesquisa sustenta-se na Análise de Discurso, filiada a Michel Pêcheux, tal como vem sendo trabalhada no Brasil. Sob essa perspectiva, entendemos que as perguntas de Mafalda produzem efeitos discursivos, na medida em que – constituindo-se em gestos de interpretação – podem originar, em seus leitores, novos gestos de interpretação. Partimos da ideia de que as perguntas de Mafalda instauram o silêncio e que esse silêncio contribui para a produção do efeito de humor, entendido aqui, como uma espécie de jogo entre sentidos sedimentados e outros possíveis.

A maior motivação para a realização desta pesquisa é o desejo de estudar mais profundamente, de forma teórica, questões ligadas aos diferentes gestos de leitura. Segundo Grantham (2009), a possibilidade de diferentes leituras para um mesmo texto só é possível porque existem diferentes sujeitos-leitores, os quais mantêm diferentes relações com a ideologia, com a história. São os sujeitos lidando com a incompletude do texto.

Outrossim, lembramos também que, previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o uso do texto sincrético na sala de aula vem sendo realizado, em nossa perspectiva, ainda de forma empírica e superficial. Soma-se a isso o fato de que, diante desses textos, os alunos muitas vezes revelam desânimo e frustração, alegando não conseguir produzir sentidos em sua leitura.

A essas constatações, agrega-se nosso desejo de refletir mais detidamente sobre as tirinhas – materialidade de um discurso –, a fim de buscar uma alternativa – discursiva – de trabalho.

A personagem infantil feminina, Mafalda, foi criada em 15 de março de 1962, na Argentina, a pedido de uma empresa que vendia eletrodomésticos da marca *Mansfield*. A referida empresa exigiu que a peça publicitária apresentasse um personagem que contivesse as letras M e A em seu nome. Desafiado a promover a empresa, Quino cria a personagem e a batiza com o nome de Mafalda. A criação, contudo, não atendeu às necessidades da empresa, que acabou recusando a publicidade. Um acervo pronto (segundo o site Mafalda¹online: oito tiras) ficou guardado por um ano até ganhar espaço no periódico *La Primera Plana*. Ainda segundo o site, a primeira aparição pública de Mafalda deu-se um pouco antes do golpe Militar, que derrubou o presidente da Argentina – Arturo Illia.

As tiras de Mafalda, também, fizeram parte das edições semanais do jornal *El Mundo* (um trabalho realizado até o fechamento do referido jornal, em dezembro de 1967) e das páginas de humor do semanário *Siete Días Ilustrados* – um trabalho realizado de 1968 até 1973 –, quando, finalmente, a personagem se despede dos periódicos locais, passando às publicações internacionais, em forma de livro.

A personagem de Quino é conhecida como uma figura sul-americana que contrasta com Charlie Brown, um personagem norte-americano bem-sucedido. Assim, enquanto Mafalda se debate em perguntas relacionadas às problemáticas sociais de seu país e do mundo, Charlie Brown, representante de um país próspero, é alheio às problemáticas enfrentadas por países, denominados como de Terceiro Mundo. Temos aqui, dentre outras questões, uma questão de gênero, em que masculino e o feminino são dispostos em posições dicotômicas, assim como, América do Norte X América do Sul, prosperidade X contrastes sociais e poder X submissão.

Desse modo, este trabalho justifica-se por vários motivos: a) por propor-se a estudar a leitura, noção fundamental para qualquer profissional de linguagem; b) por

¹O site Mafalda Online ou *privatehomepage*<<http://www.mafalda.net/index.php/PT/>> apresenta entrevista com Quino, comentários de Umberto Eco, além de informações sobre as personagens que compõem o cenário de Mafalda. O referido site pertence a Kevin Quennet e Quino.

refletir sobre o funcionamento discursivo da interrogação, afastando-se de um estudo de cunho meramente linguístico; c) por ter como possibilidade, desdobramentos que colaborem com a criação de cidadãos, que sejam capazes de produzir sentidos diante dos textos que leem.

Motiva este trabalho, ainda, o fato de que, apesar de várias pesquisas terem sido realizadas sobre os efeitos de sentido produzidos pelas tirinhas da Mafalda, nenhuma delas toma como objeto de análise, o funcionamento discursivo da interrogação, nem a questão do gênero nessa materialidade.

Daí a relevância deste trabalho, que, uma vez fundamentado, acreditamos que possa contribuir com os estudos da leitura, do discurso e da interrogação.

Para tal, precisamos compreender o funcionamento discursivo da pergunta. Ao tratar da interrogação, Grantham afirma que “um espaço vazio, sinalizado por uma interrogação, é, [...] um espaço de significação que introduz uma ‘injunção à resposta’: não dá para não responder...” (2009, p. 141). Desse modo, o discurso de injunção, ora marcado formalmente pela presença de um ponto de interrogação, ora não marcado, é uma das formas de o sujeito lidar com a incompletude e com o silêncio, produzindo sentidos. Ainda segundo a autora, “as marcas discursivas não são denunciadas pelo sujeito-autor. Elas estão ali, mas depende do sujeito-leitor percebê-las ou não” (2009, p. 268).

Além disso, a análise de um texto sincrético pressupõe um estudo do discurso, produzido em nível linguístico e imagético, se é que no âmbito da produção de sentidos podemos separá-los. No entanto, para fins de análise, optamos por defini-los, num primeiro momento, separadamente e, para tratar a imagem, trazemos a importante contribuição de Quevedo, ao apontar o caminho para a análise discursiva da imagem. Segundo ele, “a imagem deve ser analisada como espaço de instabilidade, furo, falta, equívoco; enquanto sítio de materialização do discurso, como lugar da falha, como funcionamento ideológico na objetividade contraditória das forças sócio históricas” (2012, p. 107).

Isso nos permite dizer que, o estudo do discurso, produzido e materializado no texto sincrético, exige-nos um movimento que desfaz a evidência, por meio da produção de sentidos, que se dá a partir do enunciado linguístico em consonância com o que chamaremos de enunciado (porque a imagem fala) visual.

Se pensarmos nas primeiras formas de comunicação humana, logo lembraremos as inscrições rupestres produzidas pela civilização pré-histórica, sentidos que vêm sendo estudados e que, em muitos casos, não têm significado para o homem contemporâneo, uma evidência de que o sentido não está no objeto, não é óbvia.

Quanto às tirinhas, vale destacar que as primeiras publicações aconteceram em jornais sensacionalistas, de Nova York. Segundo Jarsem (2007), Richard Fenton Outcalt, em 1896, foi o precursor dos HQs ao introduzir enunciados verbais em imagens, sendo seu trabalho conhecido como *The Yellow Kid*.

Frente ao apresentado, acreditamos na importância e relevância desta pesquisa, cujo tema é estudar a leitura, tomando como objeto de investigação, o discurso produzido a partir das tirinhas que compõem as obras *Toda Mafalda* e *Mafalda Inédita*, ambas do autor argentino Quino, com ênfase na interrogação expressa por meio de perguntas marcadas, uma vez que os sentidos não são dados, mas construídos.

O referido tema surgiu ao longo do processo de escolha do arquivo² a ser estudado: obras *Toda Mafalda – da primeira à última tira* e *Mafalda Inédita*. As obras congregam produções de Quino, ao longo de dez anos de trabalho, incluindo a *Declaração dos direitos da criança*, um trabalho realizado para a UNICEF, além de tirinhas inéditas. Entre os tantos temas abordados pelo autor (política, mundo, consumismo, liberdade, família e os papéis de gênero), optamos por aqueles que produzem silenciamento, a partir da interrogação, ou seja, por aqueles que buscam levar o sujeito a tomar posição frente a uma pergunta direta ou indireta.

Sob nosso ponto de vista, as tirinhas da Mafalda produzem um discurso que problematiza questões sociais/ideológicas materializadas na voz feminina, configurando uma questão de gênero.

Estando o processo de exclusão presente em todos os grupos sociais, temos materializado nas obras *Toda Mafalda* e *Mafalda Inédita* um discurso, condições de produção que revelam a constante luta de classes, seja no âmbito da política, através da oposição ricos X pobres, opressores X oprimidos, seja no dualismo masculino-feminino,

²Neste ponto, arquivo é tomado como o conjunto de documentos, de tirinhas que compõem a obra *Toda Mafalda: da primeira à última tira* e *Mafalda Inédita*, ambas produções de Quino.

em que a posição masculina é o lugar do poder e a feminina é o lugar de quem ocupa espaço na marginalidade social.

Sabat (2005), ao tratar dos estudos de gênero, afirma que gênero é uma categoria de análise relacionada à perspectiva sociocultural. Na visão da autora, isso significa que as relações de gênero são tomadas enquanto produções hegemônicas determinantes dos comportamentos sociais tidos como adequados ao homem e à mulher. Ao tomarmos esse conceito, sob o prisma da AD pecheuxtiana, propomos um outro olhar, pois, entendemos, que as produções hegemônicas de que trata a autora estão para além da cultura, isto é, são reflexos de uma construção que é histórica. Trata-se de comportamentos postos numa relação de forças, constituindo o que Althusser chamou de ideologia. Segundo o autor, “a ideologia é, aí, um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (1983, p. 81). Assim, por meio da ideologia, os comportamentos atribuídos ao homem e à mulher são sustentados/estabilizados até que seja instaurado um deslizamento ou um deslocamento³.

Podemos observar que, quando falamos em representações de gênero, não estamos necessariamente falando de/em sexualidade, uma vez que podemos ter sujeitos do sexo feminino filiados às formação(ões) discursiva(s)⁴ – FDs identificada(s) com o gênero masculino, assim como, sujeitos do sexo masculino filiados à(s) FD(s) identificada(s) com o gênero feminino, ou ainda, sujeitos filiados às FD(s) que coincidem com seu(s) gênero(s).

Desse modo, podemos pensar no caráter contraditório da(s) FD(s) para dizer que, tanto no sistema político capitalista quanto nas relações de gênero, há contradição, há luta de classes. Pêcheux, ao retomar Balibar, afirma que:

...a relação de classes é dissimulada no funcionamento do aparelho de Estado pelo próprio mecanismo que realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de

³Dado o caráter contraditório da FD, caracterizamos o conceito de *deslizamento* como uma mudança na posição-sujeito sem rompimento com a FD com a qual o sujeito se identifica; já o conceito de *deslocamento* que também implica mudança de posição, caracteriza-se pela ruptura com a FD com a qual o sujeito se identifica filiando-se a outra.

⁴ FD - Formação Discursiva, de acordo com PECHÊUX, é tudo aquilo que “numa *formação ideológica* (sentidos adquiridos a partir de posições sustentadas) dada, determina *o que pode e deve ser dito*” (2009, p.147).

produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como “evidências naturais” (2009, p. 134).

É, pois, pensando na relação de classes como luta construída sob a forma de evidência, que propomos, nesta pesquisa, uma reflexão sobre as posições-sujeito assumidas por uma personagem, aparentemente, identificada com o gênero feminino, frente ao sistema capitalista, o qual é fundado na contradição dos sentidos de liberdade e igualdade entre todos.

Em vista disso, temos, através do estudo das relações entre as posições-sujeito assumidas no discurso e a(s) FD(s) com a(s) qual(uais) o sujeito se identifica, um trabalho de leitura. Leitura, tomada aqui, também, como construção da relação discurso – texto. Nesse processo, destacamos como essenciais os diferentes lugares ocupados pelos sujeitos, lugares estes que constituem as condições de produção do discurso, da leitura, pois, cada sujeito munido de sua história de leituras, situado num dado momento da história e assujeitado à ideologia e ao inconsciente, produzirá diferentes efeitos de sentido, diante de um “mesmo” texto.

Isso nos permite dizer que cada discurso tem sua história, o que pode levar a diferentes efeitos de sentido, quando esse discurso é submetido ao processo discursivo da leitura, sendo esta considerada, segundo Orlandi (2012c, p.10), como a produção de sentidos que se dá por meio da interação entre sujeitos escritor e leitor(es). Para Orlandi, essa relação revela uma espécie de confronto entre o leitor virtual (aquele que é constituído no ato da escrita e para quem o texto se destina) e o leitor real (aquele que lê o texto) e está condicionado às condições de produção, definidas por Pêcheux, como “o estudo da ligação entre as ‘circunstâncias’ de um discurso” (1969, p.75).

Por essa razão, podemos afirmar que as práticas de leitura só são possíveis porque sujeito e sentidos se relacionam por meio de gestos de interpretação (trabalho com os sentidos). Nesse processo, o sujeito filia-se a sentidos, muitas vezes, produzindo deslizamentos ou deslocamentos⁵, constituindo-se historicamente. Por essa razão, Orlandi (2012c) diz que existe um espaço simbólico que possibilita esses gestos: a incompletude.

⁵ Ver nota 3.

A incompletude, então, é o que possibilita diferentes gestos de interpretação, isto porque permite a produção de sentidos que se encontram no nível do dizível e do interpretável. Isso significa dizer que, nos diferentes gestos de leitura, cabem sentidos produzidos a partir da relação estabelecida pelo sujeito-leitor em seu trabalho com a língua e a com exterioridade, não sendo permitida qualquer leitura.

Nessa perspectiva, a interrogação torna-se espaço de incompletude, lugar da falta e do silêncio, um silêncio que revela a inscrição do sujeito em uma determinada formação discursiva, ao mesmo tempo, em que convoca o interlocutor a “responder” e a assumir, também, sua posição.

Assim, para compreendermos o funcionamento do discurso, é importante compreender sua historicidade, isso porque, como lembra Pêcheux (2009, p. 158), “o sujeito se ‘esquece’” das determinações que o colocaram naquele lugar, determinações essas que apontam para o assujeitamento ideológico, o qual poderá aparecer sob a forma de pré-construído (encaixe de dizeres da ordem do já-dito no intradiscurso) ou de discurso transversal.

Para empreender o que nos dispomos nesta pesquisa, formamos nosso arquivo a partir de duas obras *Toda Mafalda* e *Mafalda Inédita*. Desse *corpus* empírico, selecionamos algumas tirinhas, cujos temas são Mundo e Política, para compor nosso *corpus* discursivo. É válido destacar que a seleção não se dá de forma aleatória, uma vez que atende ao nosso propósito.

Nosso objetivo geral é analisar o funcionamento discursivo da interrogação, entendendo-a como lugar da falta e do silêncio. Ao pensarmos na interrogação como lugar da falta, estamos tratando de um espaço em que o dizer, por uma questão ideológica, não pode/deve ser dito. Já no que concerne ao lugar do silêncio, estamos tratando-o como uma ausência presente, lugar de produção de sentido. Desse modo, ao considerarmos a falta e o silêncio, na materialidade significativa em *Mafalda*, estamos propondo um estudo da leitura pelo viés da pergunta que apontem as FDs, com as quais o sujeito se identifica.

Assim, a fim de atender ao objetivo proposto, a dissertação foi organizada da seguinte forma: dando sequência às considerações iniciais, no primeiro capítulo, apresentamos o conceito de leitura na perspectiva discursiva. No segundo, tratamos da falta

e do silêncio instaurados pela interrogação. No terceiro, propomos uma reflexão sobre o discurso em *Mafalda*. No quarto, versamos sobre a construção do dispositivo analítico do estudo, sobre o qual discutimos a análise como uma produção dentre outras, também possíveis. E, finalmente, a título de um efeito de fechamento do trabalho de pesquisa, buscamos refletir sobre os efeitos de sentido, derivados dos possíveis gestos de leitura da materialidade significante analisada, a partir de formulações interrogativas, atendendo ao objetivo geral desta pesquisa.

1. A LEITURA NA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Neste capítulo, apresentaremos o que entendemos por leitura em uma perspectiva discursiva. Partimos desse conceito porque, ao propormos um trabalho analítico-reflexivo a partir das tirinhas da Mafalda, estamos produzindo um gesto de leitura. E, no que se refere à leitura, são muitas as definições que circulam, cada uma atendendo a pressupostos de teorias diferentes. Entre tantas definições, a de leitura como apreensão/extração de sentidos dados é aquela que mais se distancia da nossa proposta.

Isso porque, para a análise do discurso, leitura é a produção de sentidos, é a linguagem funcionando a partir da relação entre sujeitos que são afetados pela língua e pela história. Para Orlandi, “a leitura é o momento crítico da produção da unidade textual, da sua realidade significante” (2012a, p. 11). Por essa razão, o sujeito na perspectiva da Análise do Discurso é constituído. Essa constituição do sujeito dá-se simultaneamente à constituição dos sentidos. É válido lembrar, ainda, que o sujeito se constitui pela sua relação com o outro, mesmo que suas concepções, vivências, percepções sejam diversas.

Para tratar sobre o sujeito, Paul Henry (2013) aponta a importância do conceito de materialismo histórico. Segundo o autor, o termo proposto por Marx trata da relação objeto real e objeto de conhecimento sob a categoria de contradição. Essa contradição acentua a luta de classes – motor do discurso. Nesse sentido é que Henry afirma que não há sujeito da história, nem do processo de produção, nem da ciência, o sujeito é assim uma construção que se dá nas práticas sociais e por elas. Isso é o que nos leva a compartilhar da ideia de que os sujeitos são constituídos pelas formações ideológicas, visto que, “só há prática através de uma ideologia e só há ideologia por e para sujeitos” (Henry, 2013, p. 24). Portanto, o sujeito é efeito dos processos sócio-históricos aos quais se encontra submetido. Da mesma forma, do ponto de vista da psicanálise, o sujeito também é efeito de linguagem, pois, é ela que estrutura o inconsciente, um “conceito forjado no rastro daquilo que opera na constituição do sujeito” (Henry, 2013, p. 32).

É em meio a esse complexo de subjetividade da linguagem que Henry retoma o conceito de representação apresentado por Frege. Frege denomina a forma subjetiva individual da significação como representação, isso significa dizer que as representações que os indivíduos fazem de um mesmo objeto, mesmo quando utilizam sinônimos, não

produzem o mesmo sentido. É a partir disso que Henry afirmará que “vários sentidos distintos podem corresponder à mesma referência” (2013, p.63). Ao refletirmos sobre as palavras de Henry, podemos dizer que, quando submetidos ao processo de leitura, os sujeitos, na perspectiva discursiva, produzirão gestos de leitura diferentes diante de uma mesma materialidade.

Notemos que o sujeito-autor produz seu discurso afetado pela sua história de leituras, pela ideologia que o interpela e pelo inconsciente que o atravessa. Nesse momento, o sujeito-autor por meio das formações imaginárias faz representações, isto é, imagina um sujeito-leitor e para ele dirige seu discurso na certeza ilusória de que este produzirá o mesmo gesto de interpretação. Para Orlandi, esse leitor imaginário é tratado como um leitor virtual “próprio do ato de escrita” (2012a, p.10), o que nos leva a afirmar que sempre há um leitor virtual inscrito na materialidade significativa.

Ao pensarmos nas tirinhas da Mafalda, temos, num primeiro momento (nas oito primeiras tiras destinadas aos produtos Mansfield), um sujeito virtual representado a partir de um lugar: o de mulher/dona de casa. Desafiado a produzir tirinhas sobre esses produtos, Quino constrói seu texto para um leitor que é posto diante da “possibilidade” de ter, a sua disposição, eletrodomésticos que facilitarão sua vida no lar. Dessa forma, através do discurso publicitário que, segundo Pêcheux, “joga sobre os pressupostos e produz novos tipos de performativos interpelando o sujeito a partir de seu próprio narcisismo” (2012, p.88), percebemos um forte apelo ao consumo e à ideologia capitalista, que ali significa. Já num segundo momento, o sujeito virtual é representado a partir da imagem que o sujeito-autor faz daquele que busca informações através dos jornais *La Primera Plana*, *El Mundo* e *Siete Días Ilustrados* sobre questões que giram em torno dos temas economia e política, atentando para uma crítica, sobretudo ao capitalismo.

Sendo o discurso estudado, um objeto histórico-social em que a materialidade é linguística e imagética, temos nas tirinhas de Mafalda gestos de leitura construídos pela historicidade do dizer. De acordo com Nunes:

Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certeza. Ao mesmo tempo, trabalhar a historicidade na leitura de arquivos leva a realizar percursos inusitados, seguindo-se as pistas linguísticas, traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes

momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas (2007, p. 373-374).

É nesse movimento de desfazer a evidência, constituída pela historicidade, que tentamos compreender o funcionamento de dizeres estabilizados, a partir das tirinhas da Mafalda, buscando, através das condições de produção, pistas linguísticas que levem a gestos de leitura possíveis, visto que os sentidos de um texto são determinados, segundo Orlandi, “pela posição que ocupam aqueles que o produzem” (2012a, p. 14) e aqueles que leem. Cabe-nos dizer, então, que é pela determinação histórica, responsável pelas posições-sujeito, que alguns sentidos são possíveis e outros não.

É importante observar que, frente a uma mesma materialidade linguística, Orlandi afirma que “lemos diferentemente um mesmo texto em épocas (condições) diferentes” (2012a, p. 55). Não lemos hoje da mesma forma que lemos no passado, assim como, também, não leremos da mesma forma no futuro. Isso acontece porque somos sujeitos constituídos pelas condições de produção, as quais comportam o tempo, o espaço e a história.

A leitura, na perspectiva que adotamos, envolve elementos múltiplos/exteriores, os quais possibilitam o sujeito produzir um sentido diferente de outro sujeito, dadas as condições de produção.

Em “Ler o Arquivo hoje”, Michel Pêcheux problematiza a forma como vinha sendo conduzida a leitura de arquivos ao longo da história. Para isso, o autor reconstrói o caminho que o pensamento positivista fez da leitura (como evidência), o que significa dizer que, a leitura, antes de Pêcheux, era tomada como única leitura possível, posta por uma autoridade. Nesse caso, a língua era uma materialidade qualquer, cujos sentidos eram dados/evidentes. À sintaxe era atribuído o caráter científico, escapando dela a falha, o deslize e a ambiguidade. Baseado nessa reflexão, Pêcheux nos chama a atenção para o fato de que:

É esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo (2014, p. 66).

Com essa afirmação, o autor desafia-nos a pensar sobre a leitura de arquivo como um trabalho, cujos procedimentos (considerando as diferentes modalidades ideológicas) possibilitem a pluralidade dos gestos de leitura, mas não qualquer um.

É importante atentarmos para a multiplicidade de sentidos não como qualquer sentido, mas como sentidos possíveis numa dada conjuntura, onde há leituras previstas, porém nem sempre absolutas sobre um dado texto. Sobre leituras previstas, Orlandi dir-nos-á que:

Há vários elementos que podem determinar a previsibilidade das leituras de um texto [...] 1. Os sentidos têm sua história, isto é, há sedimentação de sentidos, segundo as condições de produção da linguagem; 2. Um texto tem relação com outros textos (intertextualidade) (2012a, p. 56).

Sabemos, pois, que leituras já feitas podem dirigir a compreensão de um leitor, mas, não sendo o texto considerado um fim em si mesmo, é possível construir outros gestos de leitura, dada a filiação do sujeito à(às) distinta(s) FD(s), fenômeno que pode determinar, conforme Orlandi (2012a), a imprevisibilidade.

Assim, o sujeito-leitor, de um determinado lugar e munido de sua história de leituras, produzirá sentidos iguais ou diferentes aos de outro sujeito, frente à mesma materialidade significante. Trata-se de uma relação entre interlocutores, mediada pelas condições de produção do discurso, apontando caminhos para a produção de sentidos.

1.1.A MEMÓRIA DISCURSIVA E O PRÉ-CONSTRUÍDO

Ao tratarmos de memória discursiva, estamos considerando-a como o lugar onde a materialidade discursiva é estruturada, como lugar de repetição, de regularização de dizeres e até de construção de estereótipos. Desse modo, para Pêcheux:

...a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (2010, p. 52).

Nessa perspectiva, a memória discursiva é o que nos permite produzir alguns sentidos e não outros. Convém, entretanto, lembrar que a memória é um lugar, mas não um lugar no sentido empírico, fixo. Isso porque, a cada novo acontecimento discursivo, novas redes de memória são construídas e os sentidos são ressignificados. Em outras palavras, os sentidos são construídos, a partir da relação entre o sujeito e o interdiscurso, mediado pela memória discursiva.

Partindo do conceito de memória como processo de produção dos sentidos, é necessário lembrar que tudo que é dito em um texto (oral, escrito ou imagético) já foi dito antes em outro lugar, assim como o que é dito no texto (oral, escrito ou imagético) será dito depois em outro lugar. Trata-se do conceito de pré-construído, concebido primeiramente por Paul Henry (2013) ao apontar o caráter determinativo do funcionamento das orações relativas designativas.

Ao definir as orações relativas, Henry (1990) afirma que as relações intra e inter-sequenciais podem aparecer simultaneamente em uma formulação, sem que sejam identificadas como tais, entretanto, é o caráter inter-sequencial que constitui o que o autor chamou de pré-construído. Isso significa dizer que o enunciado, ao ser formado por sequências, estabelece dois tipos de relações: uma que é interna, denominada intra-sequencial, e outra que é externa, denominada inter-sequencial.

Henry, ao analisar o funcionamento das orações relativas, percebeu que a relação que se dá entre sequências, no enunciado em que há oração relativa restritiva, é de apagamento na relação intra-sequencial da relação inter-sequencial. Em outros termos, o pré-construído, uma vez linearizado no discurso, passa a constituir formalmente o intradiscurso, podendo ser apontado como um elemento de saber do interdiscurso através da memória discursiva.

Dessa forma, sabendo que todo dizer tem sua origem antes e em outro lugar, é válido, também, lembrar que esses dizeres retornam ao enunciado via inconsciente⁶, uma vez que outra parte do sujeito "pensa" num outro lugar, estruturado como linguagem; e via ideologia, uma vez que eles são determinados ideologicamente pelas formações discursivas

⁶De acordo com Žižek, o inconsciente é “o fenômeno inacessível”, o lugar onde estão guardadas nossas crenças e suposições, entre elas as negadas, “que sequer sabemos que abrigamos, mas que apesar disso determinam nossos atos e sentimentos” (2010, p. 67).

com as quais se identifica. Daí a afirmação de que o enunciado não vem do sujeito, mas nele se constitui.

Assim, ao pensarmos em um sujeito interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, apresentamos uma importante contribuição de Žižek, contribuição essa que nos permite uma aproximação entre o sujeito da AD e o sujeito da Psicanálise. O autor dir-nos-á que para Lacan “o inconsciente está estruturado como uma linguagem” (2010, p. 09), conforme dito anteriormente.

É dessa relação, entre inconsciente e linguagem, que surge o conceito de sujeito lacaniano como aquele constituído pela relação inextricável entre três elementos distintos, mas correlacionados:



Figura 1 - Nó Borromeano

Como podemos observar, no centro do diagrama está o sujeito, constituído pelo simbólico, pelo real e pelo imaginário, tríade engendrada por Lacan a partir da releitura de Freud e apresentada por Žižek (2010, p. 100). Conforme o autor, o Simbólico é concebido como lugar de comparação, nele o sujeito pode se medir a partir da visão que tem do grande Outro; o Real ou grande Outro (é cruel e insaciável) concebido como lugar de subjetividade, só existe porque o sujeito acredita nessa existência, e o Imaginário concebido como a imagem/representação que o sujeito faz de si, a partir do olhar do outro (seus pares).

Desse modo, ao refletirmos sobre o sujeito na psicanálise, podemos dizer que ele é constituído pela tríade: real, simbólico e imaginário. Na perspectiva discursiva, o sujeito também é constituído mediante a relação inextricável entre três campos de saber, são eles: o inconsciente, a ideologia e a linguagem. Na figura abaixo, temos a teoria do

discurso representada como figura topológica – um gráfico produzido por Ferreira (2010, p. 5), a partir do modelo lacaniano.

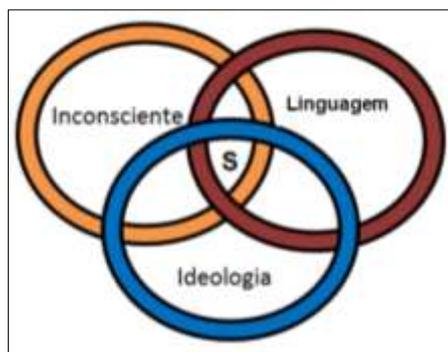


Figura 2 - Nó Borromeano

De acordo com Leandro-Ferreira:

Trazer, então, a psicanálise para o campo epistemológico da análise do discurso, significa deixar entrar com força outra concepção de sujeito, um sujeito clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam. É nesse ponto que se atravessa a psicanálise, com sua concepção revolucionária de sujeito do inconsciente, que representa uma ‘ferida narcísica’ insuportável para o amor-próprio da humanidade. (2010, p. 6)

Podemos, assim, observar que a aproximação entre os sujeitos da psicanálise e da AD nos permite reconhecer um sujeito descentrado, de natureza intervalar, sujeito que se constrói entre significantes e que, por essa razão está sujeito à falha, ao equívoco e ao lapso. Outra aproximação que parece possível diz respeito ao Outro lacaniano e à forma-sujeito da ideologia, uma vez que ambas funcionam como instâncias reguladoras do dizer. Podemos acrescentar ainda que tanto o simbólico, na psicanálise, quanto a linguagem, na AD, exercem “efeitos estruturantes sobre o sujeito” (Henry, 2013, p. 168), pois é por meio deles que o sujeito simboliza e externaliza dizeres.

Sabendo, pois, que esses dizeres não têm origem no sujeito, mas nele se constituem, dada a identificação ideológica do sujeito com a(s) formação(ões) discursiva(s), damos continuidade aos estudos de Paul Henry e Pêcheux (2009) apresentando dois funcionamentos da memória discursiva (pré-construído e articulação), efeito(s) discursivo(s) determinado(s) na estrutura do interdiscurso.

Assim, enquanto o pré-construído é do nível do encaixe, onde dizeres são atualizados no enunciado presente, em forma de interpelação ideológica, a articulação é do

nível da sustentação do dizer e se dá por meio da relação do sujeito com o sentido. Nas palavras de Pêcheux:

O “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-ai” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito* (2009, p. 151).

Dessa forma, o pré-construído diz respeito aos saberes que compõem o interdiscurso. Para Pêcheux (2009), o interdiscurso abarca todo o complexo de dizeres já-ditos e esquecidos, mas que determinam nosso dizer. São esses conceitos (pré-construído e interdiscurso) que sustentam o fato de o sentido não estar na palavra, mas em sua relação com as posições/lugares de onde é enunciado. Isso significa dizer, ainda, que as palavras adquirem sentidos pela relação que estabelecem com as formações ideológicas, inscritas nas posições ocupadas pelo sujeito, nas formações discursivas.

O conceito de formação discursiva é concebido por Foucault. Num primeiro momento, o autor dir-nos-á que “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (2013, p. 39). Foucault salienta que a definição do conjunto de enunciados passa pela descrição da dispersão desses objetos. A partir dessa descrição, o autor acrescentará que não se trata mais de um conjunto de, mas de um corpo de conhecimentos, isto é, um mesmo sistema de transmissão do que é percebido nos dizeres. Portanto:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2013, p. 42).

O autor ainda complementa o conceito de formação discursiva, dizendo que esta é de uma aspereza múltipla, espaço de diferenças que pode ser definido à medida que pudermos estabelecer nela um conjunto de semelhanças, se pudermos apontar o lugar do objeto do discurso e se pudermos mostrar que este objeto pode dar origem a outros sem que, para isso, precise se modificar. Dessa forma, o autor define a prática discursiva como um conjunto de regras indissociáveis de uma prática que a define em sua especificidade.

Para Foucault, então, o discurso é concebido como um corpo de conhecimentos em que são determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. “É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (2013, p. 66). Trata-se de identificar, na regularidade, diferentes posições de subjetividade. Dado o conceito de Foucault, Pêcheux, ao ressignificá-lo, dir-nos-á que formação discursiva é, então, aquilo que “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2009, p. 147).

Para Pêcheux, os sentidos das palavras ou expressões são determinados pela formação discursiva, na qual são produzidas. Isso equivale a dizer que os sujeitos representam, no discurso, formações ideológicas identificadas com as formações discursivas, às quais eles se filiam. É por essa razão que uma palavra ou expressão poderá construir efeitos de sentidos diferentes, se produzido, a partir de formações discursivas diferentes; do mesmo modo, palavras ou expressões, situadas numa mesma FD, poderão produzir um mesmo efeito de sentido. Desse modo, reiteramos: o sentido está nas relações que elas estabelecem com as formações discursivas.

Também, ao retomar Foucault, Malidier aponta-nos três conceitos importantes a serem pensados para uma teoria do discurso. O primeiro diz respeito à definição de discurso como conjunto de enunciados, pertencentes a uma formação discursiva. O segundo refere-se ao caráter extralinguístico da prática discursiva, elemento fundamental na teoria, e o terceiro diz respeito às formações discursivas como instância reguladora. Sobre esta última, a crítica recai no que concerne às regras, entende-se que no discurso nada é fixo e estanque. As fronteiras de uma formação discursiva não são fixas. Malidier afirma, então, que:

Dessas três definições que retivemos de modo mais especial, guardaremos essencialmente a noção de discurso como uma prática, resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não discursivas. Esse complexo de relações para nós, deve ser estabelecido no quadro do conjunto articulado dos conceitos do materialismo histórico (2014, p. 86).

Nesse sentido, destacamos o fato de nossas práticas e nossos discursos estarem intimamente afetados pela luta de classes. Trata-se de um sistema de representações e de

assujeitamento ideológico, que se materializam em nosso dizer, sem que disso nos demos conta. Malidier destaca, ainda, que a ideologia é o modo pelo qual as pessoas se relacionam umas com as outras e, por essa razão, a autora aponta que:

Se, [...] os sistemas de representações, o pré-construído e o pré-assertado governam o discurso, as formações discursivas, quanto à sua lei de evolução, de transformação, não podem ser apreendidas senão no quadro de uma teoria das ideologias (apenas parcialmente construída), mas o conceito de ideologia não pode ser pensado senão relacionado a toda hierarquia dos conceitos do materialismo histórico (2014, p. 91).

Malidier também salienta que as formações imaginárias constituem as formações discursivas. Nesse sentido, Pêcheux, Haroche e Henry apontam uma versão reformulada de enunciação, onde “o ‘sujeito falante’ toma posição com relação às representações das quais ele é suporte, sendo que estas representações, segundo ela, encontram-se “realizadas pelo ‘pré-construído’ linguisticamente analisável” (Malidier, 2014, p. 99). Após alguns estudos, nos é permitido acrescentar que tais representações realizam-se pelos pré-construídos, também, sob a forma observável de imagens e outras materialidades significantes.

É importante destacar que as fronteiras entre uma formação discursiva e outra não sendo fixas, permitem a inscrição inconsciente de um sujeito em uma formação discursiva ou outra(s). Cabe, portanto, lembrar que nossas palavras podem produzir sentidos diferentes devido à constituição sócio-histórica das diferentes formações discursivas, que determina o(s) gesto(s) possível(veis) de interpretação. Daí a palavra não ter sentido próprio ou literal, como reafirmamos anteriormente. De acordo com Pêcheux, a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido. Acrescenta o autor:

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (2009, p. 149).

A partir desse pressuposto, somos levados a refletir sobre o assujeitamento ideológico do sujeito, um assujeitamento que é do nível do inconsciente. Isso significa dizer que o sujeito tem a ilusão do livre arbítrio, quando, na verdade, é interpelado pela ideologia que vai determinar seu dizer e seu fazer. Trata-se da forma-sujeito, instância

reguladora do dizer/efeito-real, que se pode relacionar com o grande Outro, como é definido por Lacan, na psicanálise.

Mas por que efeito-real? Efeito porque não é real, apenas ilusão de real, pois o real é inalcançável, assim como a língua é inatingível. É dessa forma que o sujeito se relaciona com a forma-sujeito⁷, com a formação discursiva que o domina. Pêcheux destacará que, na forma-sujeito, o próprio dos conhecimentos “existem sob a forma de sentido evidente para os sujeitos” (2009, p. 175), sentidos esses que são afetados por transformações históricas. Logo uma ruptura com sentidos dados pressupõe uma (des)identificação com a forma-sujeito.

Isso nos permite dizer que a forma-sujeito universal pode ser relacionada com o simbólico, isto é, com aquilo que não é visível ao sujeito, pois é da ordem do inconsciente. Desse modo, pensar em uma aproximação entre a forma-sujeito e o simbólico é pensar em uma busca irrealizável, em que o sujeito ao tentar impressionar o Outro com a imagem que faz de si, percebe-se impelido por uma ordem que lhe é superior e lhe regula. Essa regulação é o que possibilita o processo de assujeitamento ideológico do sujeito, um assujeitamento que se constrói sob a ilusão de livre escolha, pois, mesmo quando o sujeito rompe com uma FD, desidentificando-se com uma determinada forma-sujeito, ele é levado a identificar-se com outra FD e, conseqüentemente, com outra forma-sujeito.

Assim como é possível uma aproximação entre a forma-sujeito e o simbólico, podemos, também, empreender uma aproximação entre o imaginário (eu ideal) da Psicanálise e as formações imaginárias da AD, pois, ambas tratam de um sujeito constituído a partir do olhar do outro. Em outras palavras, a imagem que o sujeito faz de si é calcada na imagem que esse sujeito gostaria que seus interlocutores tivessem de si e, por isso, nos é permitido dizer, que há aí também um processo de assujeitamento.

Desse modo, pensar sobre o pré-construído é, sobretudo, pensar em um funcionamento que, mediado pela memória discursiva, faz atualizar no discurso, dizeres já-ditos (do interdiscurso), sem que deixemos de considerar, nesse processo, um sujeito assujeitado (à forma-sujeito). Segundo Pêcheux, “o imaginário no sujeito [...], não pode

⁷Segundo Pêcheux (2009), o termo forma-sujeito foi concebido por Althusser e significa a forma de existência histórica do indivíduo, assim, por forma-sujeito entendemos o lugar de inscrição do sujeito, em que para ele os sentidos são postos sob a forma de evidência.

reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a *forma da autonomia*” (2009, p. 149).

1.2. A MEMÓRIA DISCURSIVA E O DISCURSO TRANSVERSO

A partir do enunciado dito por Pêcheux de que “nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (2010, p. 56), isto é, nenhuma memória deve se limitar a um conjunto de ideias fixas e absolutas, passemos a um estudo reflexivo sobre o discurso transversal, aquele que, diferentemente do pré-construído, não traz marcas sintáticas no intradiscurso, mas se constitui como discurso-outro, ressoando sob a forma de uma memória no discurso.

Isto posto, discutamos a definição de discurso transversal, a partir do caminho teórico proposto por Pêcheux (2009), em *Semântica e Discurso*, onde o autor conceitua formações ideológicas e define seu funcionamento dentro das formações discursivas – FD. Para Pêcheux, a ideologia é que fornece condições para que tenhamos acesso a certas evidências; assim, segundo ele, é através da ideologia que reconhecemos o nosso lugar de sujeito. É, pois, sob a ilusão de transparência que se encontra o que Pêcheux (2009, p. 146) chamou de caráter material do sentido. Para o autor, esse caráter consiste na dependência do sentido ao todo complexo das formações ideológicas.

Ainda, para o autor, tal dependência dá-se de duas formas: a primeira diz respeito aos sentidos das palavras (intradiscurso), que mudam de acordo com as posições assumidas por aqueles que as empregam. Sobre essas posições, o autor dirá que são construídas a partir de relações estabelecidas com as formações ideológicas, que interpelam e constituem o sujeito. É, portanto, no âmbito das formações ideológicas que as formações discursivas são construídas. Isso equivale dizer que os sujeitos são interpelados pela ideologia em sua(s) formação(ões) discursiva(s), firmando-a no discurso através de diferentes materialidades. Daí a possibilidade de uma mesma palavra/expressão/imagem produzir sentidos diferentes, conforme a formação discursiva que a constitui, ou ainda, uma palavra/expressão/imagem diferente assumir o mesmo efeito de sentido dentro da

mesma formação discursiva. Assim, os sentidos não estão nas palavras/imagens, mas nas relações que se estabelecem entre o dizer/fazer e a posição assumida por quem enuncia, conforme já exposto anteriormente.

No que concerne à segunda forma, temos o interdiscurso, como o conjunto de dizeres já-ditos e esquecidos que, segundo Pêcheux (2009), dá-se sob o domínio complexo das formações ideológicas. Isso significa dizer que é através das formações ideológicas que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito, fornecendo a cada um um efeito de evidência e autonomia sobre seu fazer/dizer. Nessa perspectiva, a realidade é também um efeito do imaginário do sujeito, imposta pelo pré-construído.

A partir, então, dos conceitos de interdiscurso e intradiscurso (como fio do discurso), Pêcheux define discurso-transverso como aquele formado pelo assujeitamento do sujeito ao pré-construído, sob a forma de articulação (no nível do intradiscurso). Quando falamos em pré-construído, estamos tratando do assujeitamento relacionado ao conjunto de já-ditos, que estão no interdiscurso sob a forma de dizeres de um sujeito universal e, quando falamos em articulação, estamos tratando da forma como esses dizeres retornam ao intradiscurso apontando, simultaneamente, a posição-sujeito assumida por quem enuncia e sua formação discursiva. Nas palavras de Pêcheux, isso significa que:

O interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita (2009, p. 154).

Isso implica dizer, ainda, que o sujeito, ao se identificar com a formação discursiva, que o constitui, faz esquecer o interdiscurso no intradiscurso. Pelo viés psicanalítico, é como se o sujeito se identificasse consigo mesmo e com os demais sujeitos ao ponto de apagar os limites entre o dito e “aquilo a propósito do que isso é dito” (Pêcheux, 2009, p. 155). Em suma, podemos dizer que o discurso transverso constitui-se pela coexistência de saberes de Formações Ideológicas/Formações Discursivas diferentes, podendo em alguns momentos apresentar-se, também, de forma divergente no nível do intradiscurso, atestando duas Formações Discursivas. Acrescentamos que a coexistência de saberes de FIs e FDs diferentes aponta, por meio do efeito de evidência, determinadas posições que contrastam (ou não) com outras. Em outros termos, isso ocorre devido à

heterogeneidade discursiva, definida por Indursky como a repetição de um discurso, que é da ordem do já-dito. Nas palavras da autora:

...sob nossas palavras, ressoam palavras-outras, palavras de outros sujeitos, pois o discurso é da ordem do repetível e essa repetição não remete apenas àquilo que foi dito anteriormente pelo sujeito do discurso, no presente ou no passado. O repetível é da ordem de um já-dito, mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos, em outros discursos, em outros espaços e em tempos diversos, que tanto podem estar inscritos na mesma Formação Discursiva do sujeito que enuncia quanto em outra Formação Discursiva, [...] o já-dito remete para o interdiscurso, para a memória do dizer (2001, p. 27-28).

Conforme observamos, nesta pesquisa, o caráter heterogêneo do discurso faz emergir, na materialidade linguístico-imagética, o embate de forças (ou luta de classes), fortemente marcada por questões de gênero, uma vez que, apresenta dizeres estabilizados (oriundos do interdiscurso) e que, ao retornarem no nível do intradiscurso, passam pelo movimento da atualização e da historicidade, podendo funcionar ou como a manutenção de sentidos já-ditos e sedimentados ou ainda como a possibilidade de *desidentificação* e *contra-identificação*⁸.

Desse modo, ao tratarmos do sujeito (enunciador e leitor) constituído por condições de produção diversas, na medida em que também é afetado ideologicamente em sua subjetividade (inconsciente), podemos dizer que esse sujeito poderá filiar-se a uma ou mais FD(s). Nessa conjuntura, a FD está sempre sujeita ao atravessamento de dizeres outros, constituindo, assim, o que Pêcheux denominou discurso transverso.

Com o propósito de ilustrar a diferença entre pré-construído e discurso transverso, apresentamos o diagrama abaixo. Nele podemos observar que, sob fronteiras instáveis (maleáveis/não-fixas), encontra-se o interdiscurso, um espaço saturado de dizeres já-ditos e "esquecidos", dizeres esses que, por meio da memória discursiva (MD), são atualizados no discurso, através da materialidade linguística ou imagética. Convém destacar que, nessa atualização do dizer, enquanto o pré-construído, ocorre por meio do

⁸De acordo com Pêcheux, o “efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’ (2009, p. 201), isso implica dizer que, no processo de desidentificação, há um movimento em que o sujeito rompe com a forma-sujeito da FD identificando-se com outra forma-sujeito; do mesmo modo ocorre no processo de contra-identificação, a diferença está no processo de identificação com uma nova forma-sujeito, já que, nesse caso, os sentidos que a constituem como evidência são contrários aos daquela com a qual o sujeito rompeu.

encaixe de um discurso-outro no intradiscurso, o discurso transverso faz emergir o discurso-outro no intradiscurso, sob a forma de implícito. O quadro abaixo sintetiza a reflexão apresentada.

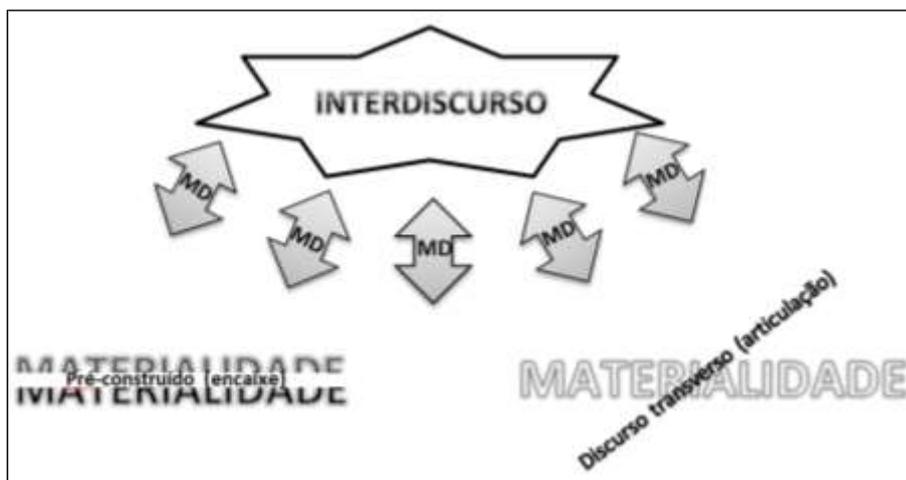


Figura 3.

Assim, pré-construído e discurso transverso configuram-se como dois funcionamentos distintos do Interdiscurso, dito de outro modo: são duas formas de repetição de dizeres, já em circulação em outras práticas discursivas.

Tendo como base os pressupostos até então desenvolvidos, apresentamos um esquema-resumo construído por Orlandi (2012a, p. 35), esquema este que nos ajuda a compreender como se dá o trabalho do analista em busca da compreensão do funcionamento do discurso:

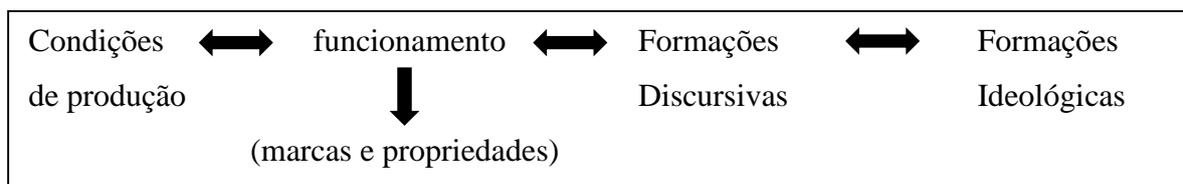


Figura 4.

Como podemos observar, o quadro acima estabelece uma relação entre o linguístico e o ideológico. Assim, frente à materialidade, o analista busca compreender o funcionamento do discurso, partindo de um estudo sobre suas condições de produção, seguido das pistas/marcas (que se encontram no nível do intradiscurso) que apontam a formação discursiva da qual o sujeito enuncia, bem como sua formação ideológica. Isso

porque, conforme Pêcheux, a “formação discursiva é aquilo que, numa dada formação ideológica, [...] determina *o que pode e deve ser dito*” (2009, p. 147).

2. A FALTA E O SILÊNCIO INSTAURADOS EM *MAFALDA*

Os conceitos teóricos sobre a leitura na perspectiva discursiva, tratados até o momento, permitem-nos compreender que há diferentes possibilidades de leitura de um mesmo objeto. Apoiados nesse saber, propomos, neste capítulo, um estudo mais aprofundado sobre duas noções: a falta e o silêncio, ambas pelo viés da interrogação em *Mafalda*. Nossa proposta dá-se nessa direção por entendermos que a falta funciona como uma forma de ocultar saberes/dizeres da ordem do ideológico e o silêncio como elemento constitutivo de todo dizer. São noções que se encontram na base do processo de produção do sentido, isto é, da produção da leitura.

2.1. O LUGAR DA FALTA

Ao pensarmos em falta, logo nos vem à mente o vazio, a omissão de algo: palavras ou expressões que comporiam o sentido em determinado enunciado. Entretanto, essa “ausência” não se dá apenas no nível do intradiscurso, mas também no nível do interdiscurso. De acordo com Ernst, a omissão de palavras no nível do enunciado “se constitui num lugar em que são criadas zonas de obscuridade e incompletude na cadeia significante com fins ideológicos determinados”, enquanto que a omissão de elementos interdiscursivos “cria um vazio que visa, na maioria das vezes, encobrir pressupostos ideológicos ameaçadores” (2009, p. 04).

É importante ressaltar que o conceito de falta tem origem na psicanálise lacaniana, mas, ao assumi-la na perspectiva discursiva, ela passa por um processo de resignificação. Vejamos, primeiramente, o que nos diz Fink sobre a falta em Lacan. Para o autor, qualificar “algo” como vazio é supor que em algum momento este “algo” esteve completamente cheio, isto é:

Para que algo esteja faltando, é necessário primeiro que ele tenha estado presente e localizado; ele deve ter tido um lugar antes. E algo somente tem um lugar dentro de um sistema ordenado [...], dentro de algum tipo de estrutura simbólica (FINK, 1998, p. 74).

Assim, sendo a linguagem uma estrutura simbólica e a realidade uma tomada imaginária do Real, a ideologia é construída como interpretação do Real simbólico; por isso se fala em interpelação ideológica do sujeito. Nas palavras de Daly:

O Real persiste como uma dimensão eterna de falta, e toda construção simbólica-imaginária existe como uma certa resposta histórica a essa falta básica. O Real sempre funciona de modo a impor limites de negação a qualquer ordem significante (discursiva), mas – pela própria imposição desses limites – serve, simultaneamente, para constituir tal ordem. (2006, p.15)

Isso significa dizer que no processo de construção de sentidos, a falta, enquanto elemento constitutivo do Real, opera no nível da negação⁹. Assim, ao preenchimento discursivo da falta pelo sujeito são impostos limites, constituindo-se como ordem que o impede de acessar o Real – instância profunda, lugar do trauma. Portanto, ao sujeito é dado saber, apenas, aquilo que pode ser simbolizado, em outros termos, trata-se de realidade – nome dado a esta construção simbólico-imaginária.

Para Žižek (2006), o Real está aquém da ordem simbólico-imaginária da significação e por isso, ao negá-la, o Real encontra-se numa dimensão de falta, sendo a construção simbólico-imaginária uma resposta a essa falta. É na tentativa de ressignificar a tríade Real-Simbólico-Imaginário, proposta por Lacan, que Žižek propõe três dimensões do real: ao primeiro, Real real, ele atribui o caráter de negação; ao segundo, em contraste a este, apresenta o Real simbólico ou real sem sentido, ao qual atribui o caráter de portador de estruturas anônimas, dando lugar aos pontos de fuga; e ao terceiro, Real imaginário, define como o Real da própria ilusão.

Žižek, então, diz-se corresponsável pela leitura de Real como algo inatingível, inalcançável. O conceito aqui defendido é de Real como ausência, como falta, acompanhado de uma ilusão de que é possível recuperá-lo. Entretanto, essa recuperação seria algo traumático e autodestrutivo. Segundo o autor “A questão não é que o Real seja impossível, mas que o impossível é Real” (2006, p. 89).

⁹Segundo Žižek, o Real opera no nível da negação porque ele “não pode ser incorporado na ordem simbólico-imaginária da significação” (2006, p.14), isto significa dizer que o Real, embora seja constitutivo da representação, não pode ser representado.

Podemos assim afirmar que a falta, como lugar de produção de sentidos, é aquilo que deveria estar funcionando como elemento instigador no leitor, pelo preenchimento desse(s) espaço(s), um preenchimento que nem sempre é possível. Temos, pois, na tentativa de ocultação de saberes de determinada formação discursiva, um impedimento ao acesso do sujeito a um saber ideológico.

Desse modo, pensar a falta, na perspectiva discursiva, é pensá-la como um lugar em que os sentidos de uma determinada FD não podem e não devem ser produzidos, dado o caráter ideológico que a determina. Isso significa dizer que certos ditos, ocultos na linearidade do intradiscurso, ali não estão, devido a um determinado pressuposto ideológico que impede esse dizer. Assim, para fins de ilustração do funcionamento da falta no discurso, apresentamos a tirinha a seguir:



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 214.

Ao observarmos as imagens, temos Mafalda interagindo com o irmão caçula, a partir da apresentação de uma revista em que aparece a imagem de um bebê. Notemos que, diante da figura estampada na revista, o bebê anima-se em destruí-la. É importante atentar para a inscrição onomatopaica dessa destruição “RIP” (sigla de *Rest in Peace*), que em inglês significa “Descanse em paz”, uma forma de consumir a destruição da imagem do outro, que é seu próprio reflexo. Assim, dada a pergunta de Mafalda – *Da sua geração está vendo?* – temos a interrogação funcionando como lugar da falta, visto que na enunciação (materialidade linguística), na foto da revista e na expressão de Mafalda (materialidades imagéticas) não há qualquer sinalização para os problemas de ordem familiar, social ou política, preocupações características da constituição da personagem em outras tirinhas. As causas que levam o personagem a destruir a figura da revista são apagadas no intradiscurso.

Convém observar, ainda, que, no último enunciado verbal – *É melhor não tirar conclusões* –, a ausência de pontuação sinaliza uma incompletude no dizer, isto é, algo está deixando de ser dito. Note-se ainda que, através da negação, temos um enunciado dividido¹⁰, isto é, ao dizer não, o sujeito aponta para a existência de uma sentença positiva: *É melhor tirar conclusões*, evidenciando-a em relação à negação. Percebe-se que uma questão de cunho ideológico não é dito/mostrado nessa materialidade, por essa razão, entendemos tratar-se de um discurso marcado pela falta.

2.2. O SILÊNCIO COMO EXCESSO

Ao pensarmos no silêncio, faz-se necessário percorrer o caminho teórico proposto por Orlandi (2007). Segundo a autora, há dois tipos de silêncio, o primeiro é aquele que se dá nas palavras, nos enunciados e o segundo, aquele que diz respeito ao processo de produção de sentidos que são silenciados. A autora ainda destaca que o silêncio não é algo dado intencionalmente pelo enunciador, uma vez que o sujeito é constituído de inconsciente, ao mesmo tempo em que é interpelado pela ideologia. Nesse contexto, o silêncio é tomado como produtor de sentido. Por essa razão, é importante que, enquanto analistas, estejamos atentos não só ao silêncio, mas também ao *non sense*, ao equívoco, à falha, não os tomando como deslizos ou “erros” na linguagem, mas sim, como pontos-chave de seu funcionamento. É na articulação do imaginário, da determinação ideológica que o silêncio em sua opacidade produz sentido, portanto, o silêncio também é discurso. Segundo Orlandi:

Na perspectiva discursiva – como materialidade, essa materialidade linguística é o lugar da manifestação das relações de forças e de sentidos que refletem os confrontos ideológicos. Essa perspectiva devolve a opacidade do texto ao olhar do leitor (2007, p. 21).

Por se tratar de confrontos ideológicos, os sujeitos lidam com esses sentidos de forma desarmônica. Assim, como há situações em que o sujeito-leitor produz sentidos, a

¹⁰ Ao pensarmos em enunciado dividido, estamos pensando na contradição posta no nível do intradiscurso. Para Courtine, “os efeitos das contradições ideológicas de classe são identificados no próprio interior da ‘unidade’ dos conjuntos de discursos, cuja individuação é postulada” (2009, p. 65).

partir de sua relação com a materialidade (o silêncio), há situações em que esse mesmo sujeito é silenciado, isto é, há uma tentativa de impedir que certos sentidos sejam produzidos por ele. É o que Orlandi (2007) chama de silenciamento ou uma política do silêncio. Nessa política, o silêncio é parte da retórica da dominação (daquele que oprime) ou em um contraponto é a retórica do oprimido (ou daquele que resiste).

Na tirinha a seguir, temos um exemplo de funcionamento do silenciamento. Nosso gesto de leitura nos permite dizer que, através da passagem da protagonista do terceiro ao quarto quadrinho, temos a interdição de dizeres, assim, no funcionamento da imagem, há a produção de sentido da censura ou silêncio local. Quanto ao enunciado verbal: *Não seria porque vocês não tinham NADA para dizer?*, podemos perceber que, ao enunciar “nada”, o sujeito deixou de enunciar “tudo”, assim, por meio da ausência presente do discurso-outro, instaura-se na oposição nada x tudo duas formações discursivas antagônicas, o que nos permite denominar esse funcionamento como silêncio constitutivo.



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 333.

Dessa forma, assim como a interrogação pode ser pragmática e discursivamente uma injunção à(s) resposta(s), o silêncio é discursivamente uma injunção à interpretação, isso porque, conforme Orlandi, “o homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico” (2007, p. 30). É, pois, pensando o silêncio como linguagem que Orlandi (2007, p.31) afirma que, ao invés de pensarmos, o silêncio como falta, devemos pensá-lo como excesso, especialmente porque o silêncio, na perspectiva em que adotamos, significa – produz sentido.

Dando continuidade às reflexões, a autora também coloca que, ao pensarmos o silêncio como *fundo da linguagem*, nós podemos assim compreendê-lo como silêncio fundante, daí é que vem a possibilidade de aproximação entre silêncio e real. Assim,

enquanto a linguagem direciona a produção de sentidos, o silêncio é disperso, invisível e não-observável.

Esse caráter de invisibilidade coloca o silêncio em uma posição menos evidente em relação à linguagem. Isso se dá devido à necessidade do homem de controlar os significados, um controle ilusório, pois, se a linguagem é simbólica, ela não dá conta de abarcar todos os sentidos.

Mas, sendo o silêncio necessário à significação, sem silêncio não há sentido. É por essa razão que Orlandi (2007) afirma que silêncio e implícito não são sinônimos, mas dois conceitos distintos. O implícito, metaforicamente falando, seria a sombra do dito sendo-nos visível de alguma forma, sendo recuperável pela materialidade linguística, enquanto o silêncio permanece silêncio por estar em uma condição invisível. Assim, é por meio do gesto de leitura que o silêncio produz sentido, é pela relação do dito com o não-dito, considerando aí a historicidade, que podemos compreender o silêncio.

Assim, ao atravessar as palavras, o silêncio torna-se instância significativa em primazia. Nas palavras de Orlandi:

O silêncio não é o vazio, ou o sem sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do “vazio” da linguagem como *horizonte* e não como *falta* (2007 p.68).

É a partir dessa colocação da autora que passamos a pensar no/sobre o silêncio como excesso, isto é, como saturação de sentidos que provoca a falha/falta. Isso implica dizer que, ao possibilitar múltiplos sentidos/polissemia, mas não qualquer um, o silêncio constitutivo do ponto de vista discursivo, perde o caráter de vazio/falta, uma vez que tem sempre algo a mais a dizer/significar. Dada a definição de silêncio como excesso, a linguagem, ao tentar traduzi-lo, faz dele um recorte no que se refere à significação, deixando fora outras possibilidades, outros significados.

Ao sintetizar os conceitos desenvolvidos por Orlandi em “As formas do silêncio”, podemos dizer que, segundo a autora, existem duas formas de silêncio, o silêncio fundador como base de tudo que é dito, isto é, ponto de partida para que se traduzam alguns dizeres em linguagem e a política do silêncio. Essa se subdivide em dois: o silêncio constitutivo, onde ao dizer x, o sujeito deixa de dizer y, o que se dá por meio das condições

de produção do dizer (do interior para o exterior), e o silêncio local, censura ou silenciamento que se dá pela interdição, isto é, o sujeito é obrigado a dizer x para não dizer y, isto é, pela censura, o sujeito é impedido de filiar-se a uma formação discursiva y. Assim, para Orlandi:

A censura joga com o poder-dizer impondo um certo silêncio. Entretanto, como o silêncio significa em si, à “retórica da opressão” – que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos – responde a “retórica da resistência”, fazendo esse silêncio significar de outros modos (2007, p. 85).

Com base na afirmação da autora, podemos dizer que a compreensão do funcionamento da censura se faz possível porque existe um silêncio fundador, aquele que produz as condições para que o sujeito se filie a esta ou aquela formação discursiva. Sendo a censura, aquela que impossibilita o trabalho histórico/ideológico dos sentidos, constitui-se como trabalho do analista buscar pistas que desfaçam as evidências e levem a produzir sentidos a partir desse silenciamento. De acordo com Orlandi, isso se dá porque:

O processo ideológico não se liga à falta, mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de “evidência”, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como “natural” (2007, p. 96-97).

A tirinha a seguir ilustra bem esse movimento de desfazer a evidência:



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 175.

Conforme podemos observar, temos uma sequência de imagens que mostram a reforma de uma via pública. No entanto, novos sentidos podem ser construídos a partir da enunciação/pergunta *O que vocês estão querendo que esta pobre rua confesse?*. Embora o termo “confesse” tenha se naturalizado nos discursos sobre o Regime Militar, temos no funcionamento discursivo da pergunta o silêncio (discurso religioso) como aquele que

suspende o sentido da dicotomia certo x errado; punição x absolvição; confissão x pecado. É, pois, nesse movimento de desfazer a evidência que apresentamos nosso gesto de leitura sobre o termo “confesse”. Entendemos que o sentido produzido pelo termo é de quem “assume o erro” e, conseqüentemente, redime-se, logo, à punição é dado o caráter de legitimidade.

2.3. A INTERROGAÇÃO: LUGAR DA FALTA OU LUGAR DO EXCESSO?

Ao compreendermos a falta como uma marca significante e o silêncio como lugar do excesso (portanto – discurso), propomos uma reflexão sobre a interrogação nas tirinhas da Mafalda, especialmente por entendermos que esses dois elementos (falta e excesso¹¹) são características marcantes no discurso da personagem. Para esse estudo, então, mobilizamos os conceitos desenvolvidos por Grantham (2009) acerca dos sinais de pontuação sendo que, aqui nos deteremos mais especificamente ao ponto de interrogação, por ser uma marca discursiva da pergunta.

Partimos, então, da definição construída pela autora sobre o ponto de interrogação, onde a autora diz que:

Quando emprega reticências ou interrogação, [...], o sujeito-autor não usa uma palavra que apaga as outras; ele simplesmente não emprega palavra alguma, naquele espaço. Ele suspende o discurso que, embora interrompido, significa. E é com esse silêncio que o leitor opera: com esse silêncio que significa, mas que ele, leitor, pode significar. É portanto, um outro tipo de silêncio que temos aqui (2009, p. 82).

Assim, ao pensarmos sobre a interrogação como lugar de produção de sentidos, como silêncio que significa, passamos assim ao desafio de compreender o funcionamento desse silêncio. Convém lembrar que, frente ao silêncio, o sujeito-leitor produz sentidos, tendo como base não só sua história de leituras, mas também as formações discursivas nas quais se inscreve.

¹¹ Os conceitos de *falta* e *excesso*, assim como de *estranhamento*, foram desenvolvidos e apresentados por Ernst, no SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, em 2009, na UFRGS.

Dando continuidade às reflexões sobre a interrogação como silêncio, passemos ao estudo da pontuação como materialidade linguística que significa, considerando-a como lugar onde a subjetividade é trabalhada e interpretada, pois os sinais de pontuação são marcas da incompletude da/na linguagem. Segundo Orlandi, “a pontuação faz parte da marcação do ritmo entre o dizer e o não-dizer” (2012b, p. 111). Desse modo, ao tomarmos o ponto de interrogação como marca de um questionamento, que materializa o interdiscurso no texto, estamos trabalhando o espaço entre o linguístico e o extralinguístico. Neste sentido, Orlandi afirma que:

A pontuação atesta um duplo trabalho do simbólico: se de um lado, ela é marca – traços empíricos, signos diacríticos – de outro, ela indica a textualização do discurso, sendo assim índice de sua materialidade, ligando o real ao imaginário (2012b, p. 112).

É, pois, na textualização do discurso, lugar de encontro entre inconsciente, ideologia e linguagem, que se dá o processo de subjetivação. Desse modo, sendo o processo de subjetivação, o trabalho do inconsciente e da ideologia, o sentido produzido aponta a identificação do sujeito com uma determinada forma-sujeito, evidência de um sentido.

Por essa razão, afirmamos que, dado o caráter heterogêneo do discurso, é também através da pontuação – como marca discursiva – que podemos observar a FD com a qual o sujeito se identifica. Desse modo, pistas na materialidade significativa, como a pontuação, são elementos indispensáveis na produção de sentidos, na construção de gestos de leitura. Sobre a heterogeneidade do texto, Orlandi acrescenta que é atravessado por diferentes formações discursivas e “afetado por diferentes posições-sujeito, em sua relação desigual com os sentidos, com o político, com a ideologia” (2012b, p.115).

É pela necessidade pragmática que o usuário da linguagem é levado a utilizar a pontuação. Nesse uso, entretanto, mesmo diante da tentativa de gerir os sentidos, sujeito e discurso não conseguem apagar a falta e o equívoco que lhes são constitutivos.

Ao trabalhar com os sinais de pontuação, e aqui estamos nos referindo especialmente ao ponto de interrogação (tomado aqui como aquele que instaura uma pergunta), Grantham (2009) reafirma com base em Pêcheux que o espaço vazio sinalizado pela interrogação introduz uma “injunção à resposta”, isto é, no processo discursivo da

leitura, o sujeito leitor é quem preenche esse espaço. Obviamente, isso se dá com limitações, pois apenas alguns sentidos são possíveis, outros não são.

A autora coloca, também, que a interrogação representa “um lugar de significação que fica vago em intenção direta ao leitor e, por isso, a injunção que a interrogação estabelece em relação ao outro é mais forte”. Diz ainda:

A interrogação, portanto, instaura no discurso uma forma de silêncio que significa não a falta do que dizer, mas uma opção por não dizer. Na produção [...] a interrogação [...] mobiliza o dizer do outro; esse sim, na leitura, se ancora no interdiscurso (2009, p. 143).

E é por isso que reafirmamos a importância das condições de produção do discurso, pois é com base nelas que o sujeito leitor preencherá esses espaços produzindo sentidos.

2.4. O HUMOR: O ESPAÇO DA CONTRADIÇÃO

Ao longo da história, Mafalda recebeu a qualidade de contestadora por colocar-se como um sujeito que reflete e busca respostas para as problemáticas de seu país e do mundo. Em meio a tantas perguntas, o discurso da personagem faz emergir no intradiscurso elementos do interdiscurso, os quais estabelecem espaços de contradição que revelam o que Pêcheux designa por *contradição apreendida e exibida*. Esses espaços, lugares de significação, lugares de interpretação, constituem-se, pois, lugares de excesso na medida em que o humor, sob a forma de absurdo e evidência¹², funda-se na contradição. Pêcheux, ao tratar da contradição, dir-nos-á que:

... quer o sujeito, em toda sua ignorância, se submeta a ela, quer ao contrário, ele a apreenda por meio de sua agudeza de “espírito”: um grande número de brincadeiras, anedotas etc., são, de fato, regidas pela contradição inerente a essa discrepância; elas constituem como que sintomas dessa apreensão e tem como sustentáculo o círculo que liga a

¹² Ao tratar de absurdo e evidência, Pêcheux dir-nos-á que esse retorno do que é estranho no familiar é um efeito do pré-construído. Nas palavras do autor, “esse efeito de pré-construído consistiria numa discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’” (2009, p. 142)

contradição sofrida (isto é, a “estupidez”) à contradição apreendida e exibida (isto é, a “ironia”), como o leitor poderá com base neste ou naquele exemplo que seja particularmente “eloquente” (2009, p. 142).

Por essa razão, podemos dizer que o humor, construído na discrepância entre o estranho e o identificável, contrapõe-se à Ordem¹³. É ela que interpela o sujeito e apaga a contradição que o constitui e constitui o sentido. O humor, geralmente, expõe a contradição inerente ao sujeito e ao sentido num processo de desnaturalização do que se tornou evidente historicamente. Segundo Pereira, “é inquestionável o fato de que o humor decorre de uma contradição, tese expressa desde os primórdios da estética” (1994, p. 53).

O humor, tomado como contradição, recebe o caráter de agente de mudanças sociais e políticas, pois, aliado à pergunta, torna explícito uma série de diferenças ideológicas, algumas delas sedimentadas no discurso do Outro. Segundo Pereira, “a função do humor é [...] relatar os defeitos escondidos, mostrar o objeto de riso exterioridade e inconsistência” (1994, p. 54). Dessa forma, temos, no humor em questão, uma tentativa de burlar, de contrapor, de romper com uma determinada ideologia. Assim, ao pensarmos sobre o humor em Mafalda, podemos notar que esse se dá quase que exclusivamente na esfera política. Por essa razão, buscamos a definição de humor político em Grantham:

O humor político é tomado em um sentido bem amplo, e compreende todo o discurso que, ao expor a sociedade – com todas suas mazelas, com todos os seus defeitos – brinca com isso. Vemos, no humor político, uma espécie de jogo entre uma realidade e uma possibilidade, entre um mundo estabelecido e um mundo que procura se estabelecer, entre o que é e o que poderia ser. O humor político, nesse jogo paradoxal, trabalha com os sentidos aceitos, com a ideologia dominante, não para instituí-los, mas justamente para repeli-los, para transformá-los (2009, p. 155).

Ao pensarmos o humor como paradoxo ou como lugar de contradição, convém lembrar que a própria natureza da Análise do Discurso aproxima-se do funcionamento do humor, na medida em que, como uma disciplina de entremeio, revela, através de seu aparato teórico-analítico, os espaços de contradição/tensão que estruturam o discurso, considerando o encontro entre o inconsciente, a língua e a história.

¹³Submeter o sujeito à ordem diz respeito ao processo de assujeitamento a que todo sujeito está submetido à ordem da língua, à ordem do Outro (inconsciente) e à ordem da ideologia, visto que o assujeitamento se dá pela língua.

Esses espaços que trabalham a assunção do dizer do sujeito ocorrem a partir da inscrição no simbólico (relação imaginária com a “realidade”). Para Mariani, essa relação imaginária com a realidade é:

...algo que se produz após a entrada do sujeito no simbólico e impede que o sujeito perceba ou reconheça sua constituição pelo Outro, ou seja, o sujeito não percebe que se encontra convocado a se colocar no simbólico para dizer “eu” e para se referir a um mundo já simbolizado. Ora, o que se tem aqui, como já foi dito, é uma anterioridade do simbólico produzindo o assujeitamento do sujeito ao campo da linguagem, ou dizendo de outra maneira, o que se tem é uma dependência do sujeito ao significante (2003, p. 62).

Com base nesse pensamento, temos os jornais *El Mundo*, *Primera Plana* e *Siete Días Ilustrados*¹⁴ funcionando simbolicamente e, conseqüentemente, submetendo o sujeito à ordem significante.

Nesse ponto, cabe lembrar que, sendo o sujeito constituído pela linguagem, pela ideologia e pelo inconsciente, três instâncias inseparáveis, a falha, o excesso e o equívoco, lhe são próprias. Isso se explica porque é pela língua que o sujeito revela seu assujeitamento à determinada ideologia, assim como também é pela língua que o sujeito deixa escapar seu desejo, que é da ordem do inconsciente.

Ademais, cabe-nos lembrar que “não há ritual sem falhas” (Pêcheux, 2009), pois, sendo o sujeito constituído pela tríade Real (inalcançável), Simbólico e Imaginário, a falha lhe é própria. Pêcheux, em seu anexo à obra *Semântica e Discurso*, coloca que:

Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non sense* do sujeito dividido (PÊCHEUX, 2009, p. 277).

Quanto à *censura*, concebida por Orlandi (2007) como também silêncio local, temos pela interdição de certos dizeres/sentidos a produção de sentidos outros. Para nós, o

¹⁴Os referidos jornais foram os veículos pelos quais as tirinhas da Mafalda foram popularizadas na Argentina. *Primera Plana* circulou de 1964 a 1965; *El Mundo* de 1965 a 1967 e *Siete Días Ilustrados* de 1968 a 1973.

funcionamento da censura pode marcar um processo de *desidentificação* do sujeito com determinada formação discursiva. Para a autora:

...há uma relação sentido/discurso social, sob a censura, que se estabelece de forma que signifique o que é preciso não dizer. Há um trabalho histórico do sentido sobre o discurso social, pelo discurso da resistência, que produz uma espécie de reversão do discurso social, sem no entanto negá-lo. Ele passa a significar pelo avesso, por seu “duplo” (2007, p. 113).

Desse modo, podemos pensar no funcionamento do humor em Mafalda como discurso da resistência, pois, conforme coloca a autora, no trabalho histórico do sentido e, nele incluindo a censura, sentidos produzidos a partir de formações discursivas diferentes são postos numa relação de confronto ideológico. É, pois, pelo caráter contraditório do humor que podemos apontar posições-sujeito contrárias àquelas que constituem a ideologia dominante.

3. O DISCURSO EM MAFALDA

A materialidade linguístico-imagética analisada, nesta pesquisa, aponta o embate de forças tanto no âmbito político-econômico, quanto nas posições-sujeito, relativas ao gênero. Assim, com vistas a um trabalho reflexivo sobre a interrogação em Mafalda, torna-se imprescindível ultrapassar o plano meramente formal e/ou pragmático e alcançar as determinações de ordem histórica de sua constituição.

Cabe destacar que o contexto histórico-político da Argentina, no período em que Mafalda surgiu, foi marcado por contrastes: primeiro, o regime autoritário,¹⁵ com o general Juan Carlos Onganía (1966-1969), que foi obrigado a renunciar o poder dando lugar a um curto período de democracia. Esse período, por sua vez, também foi interrompido, mas desta vez por um golpe militar, que destituiu do poder a primeira mulher-presidente da Argentina, Maria Estela Martínez de Perón – Isabelita Perón, em 1976. Como podemos observar, as tirinhas da Mafalda surgem em condições históricas de produção em que fatos importantes político-ideológicos na Argentina – neles envolvidas questões importantes ligadas à ideologia, poder e gênero – marcam a história desse país e também os processos de construção dos sentidos.

3.1. OS PROTAGONISTAS

Em 1962, desafiado a criar um personagem-propaganda para os eletrodomésticos da marca *Mansfield*, Quino constrói uma família tradicional: Mafalda e seus pais. Segundo Quino (2013), o nome Mafalda foi inspirado por um romance de David Viñas, “*Dar la cara*”. Nessa obra, havia uma menina chamada Mafalda, nome que lhe parecia perfeito para uma protagonista alegre. Com o passar do tempo, o autor tomou conhecimento de que a personagem Mafalda do filme era uma princesa, filha do rei da

¹⁵As informações sobre a conjuntura política da Argentina no período compreendido entre as décadas de 60 e 70 foram consultadas no Trabalho de Conclusão de Curso em História, pela UFRGS/2009, sob autoria de Graciene de Ávila Machado, disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/21324>

Itália – Vitório Emanuel III, mas que diferentemente de seus quadrinhos, a princesa do romance terminou seus dias no campo de concentração de *Buchenwald*.

As oito primeiras tiras produzidas para a campanha publicitária não foram aprovadas, nem a campanha deu certo. Somente em setembro de 1964, Mafalda passou a compor duas vezes por semana o quadro do jornal *Primera Plana*. Até o início de 1965, as histórias giram em torno de três personagens: Mafalda, a mãe Raquel e o pai (sem nome).



Figura: 5. Fonte: quino.com.ar

Mafalda foi criada em 15 de março de 1962. A personagem é no momento filha única de um casal da classe média e faz parte de uma família tradicional argentina. A menina com seis anos de idade frequenta a escola, tem vários amigos e costuma viajar para a praia nas férias. Mafalda gosta de ler, ouvir os noticiários, assistir à TV – menos os seriados –, jogar xadrez, boliche e andar de balaço. Também gosta de brincar e correr ao ar livre, onde haja árvores e passarinhos. Deseja ser tradutora da ONU, quando crescer, e, conforme relato da própria personagem, em uma carta endereçada ao diretor de *Siete Días Ilustrados* (Quino 2013), ela admira a figura do Pica-pau¹⁶, o que nos causa um certo estranhamento, pois Mafalda e Pica-pau identificam-se com pressupostos ideológicos antagônicos: Mafalda apresenta-se contra a ideologia capitalista, enquanto Pica-pau constitui-se como a própria representação do sistema capitalista, estamos, pois, diante de um paradoxo.

Dando continuidade à caracterização da personagem, convém dizer que Mafalda é, aparentemente, uma figura infantil como as demais, no entanto, o que a difere é

¹⁶De acordo com Lamas (2012), a figura do Pica-pau (constituída pelas cores da bandeira norte-americana: azul, branca e vermelha) é um dos personagens infantis mais violentos inventados até hoje, além de portador de uma conduta politicamente incorreta. Pica-pau não abre mão de seus direitos, mesmo que, para defendê-los, precise agredir o outro (geralmente pertencente a uma classe de menos prestígio, operária, por exemplo). Assim, a autora define o personagem como reflexo da cultura americana: individualista e, sobretudo, materialista, uma vez que se coloca como defensor da propriedade privada a qualquer preço. Dadas as considerações sobre o Pica-pau, parece-nos estranho e inquietante o fato de Mafalda admirar tanto um personagem cujos ideais são contrários aos que ela defende.

o discurso que usa para comentar, discutir, questionar e interpelar os adultos em questões ligadas à política e economia não só de seu país, mas também do mundo. Vale lembrar que tais preocupações assolavam a sociedade na época. Desse modo, a personagem Mafalda representa o inconformismo com um homem que alimenta a injustiça social, o racismo, as guerras, a construção de armas nucleares e, sobretudo, certas convenções que não teriam razão de ser, segundo ela.

Nesse sentido, Mafalda revela seu desejo por um futuro melhor para a humanidade – paz, democracia e respeito aos direitos humanos. Além disso, a personagem declara seu amor à banda Beatles e seu repúdio por sopa.



Figura: 6. Fonte: quino.com.ar

Representantes da classe média argentina, a mãe de Mafalda, embora tenha o nome de Raquel, é referida na obra como “mamá” e o pai referido como “papá”. Note-se que, ao longo da obra, não há referência ao pai pelo nome próprio, podemos dizer que temos nesse personagem um sujeito anônimo.

O casal conheceu-se na faculdade, onde estudavam juntos. Ele concluiu o curso. Ela desistiu da faculdade para dedicar-se à família e ao lar.

Assim, segundo convenções tradicionais da época, o pai é quem trabalha para o sustento da família. Esse personagem é um corretor de seguros, que resolve os problemas de *stress* ingerindo o calmante *Nervocalm*. Dentre os problemas por ele enfrentados, está o transporte público e a falta de dinheiro. Ademais, revela sua crítica ao consumo, visto que o desenvolvimento das empresas de telecomunicações faz surgir a TV como objeto de consumo e *status*. Note-se que a resistência do pai em adquirir o aparelho de TV, ao mesmo tempo em que revela uma crítica aos meios de comunicação de massa, também aponta certa recusa ao crescimento, à modernidade. Ele apresenta-se como homem

dedicado à família e à natureza, pois, nas horas livres, dedica-se ao cuidado das plantas de seu jardim.

Quanto à mãe, temos uma personagem extremamente atarefada com a rotina do lar. Para Mafalda, a mãe é o reflexo da submissão, uma vez que deixou a faculdade para dedicar-se ao lar e ao cuidado da filha.



Figura:7. Fonte: quino.com.ar

Filipe tem sua primeira aparição registrada em 19 de janeiro de 1965. Segundo Quino (2013, p.11), sua fonte de inspiração foi Jorge Timossi, “um jornalista argentino que se radicou em Cuba há muitos anos e participou da fundação da agência de notícias ‘Prensa latina’”. Quino acrescenta ainda que entre as qualidades de Timossi estavam “dois engraçados dentes de coelho”.

Filho de um engenheiro, Filipe é o oposto de Mafalda, pois é tímido, sonhador, preguiçoso, confuso, às vezes romântico e acredita em tudo que lê nos jornais. Por ora fica amargurado ao ter suas ideias frustradas pelos amigos. Ele não gosta da escola, nem de fazer as lições de casa, mas adora histórias em quadrinho, especialmente do Lone Ranger. Além disso, tem como musa Brigitte Bardot.



Figura: 8. Fonte: quino.com.ar

Manolito ou Manoel Goreiro apareceu pela primeira vez em 29 de março de 1965 e, segundo Quino, “foi inspirado no pai de Julián Delgado, proprietário de uma

padaria em Buenos Aires, situada na esquina de Cochabamba com Defensa, no bairro histórico de San Telmo” (2013, p. 29).

O personagem é filho de um imigrante espanhol, que é dono de uma mercearia, daí vem seu interesse pelo comércio. O maior desejo de Manolito é ter uma rede de supermercados, por isso apresenta algumas características do pai, ser bruto, por exemplo. Além disso, Manolito é materialista e descrente em relação à espiritualidade. É um admirador de Rockefeller e dos norte-americanos, por sua riqueza, e é por isso que está sempre em busca de estratégias para igualar-se a eles. Entre suas principais atitudes, está o poder de persuasão sobre seus amigos, a fim de convencê-los a comprar os produtos vendidos no armazém do pai. Além disso, revela repúdio aos hippies e aos Beatles.



Figura: 9. Fonte: quino.com.ar

Susanita ou Suzana Beatriz Chirusi, segundo Quino (2013), não correspondia a nenhuma figura em especial. A referida personagem teve sua estreia nas tirinhas em 6 de junho de 1965. Entre suas principais características está a vergonha da profissão do pai – vendedor de uma fábrica de embutidos –, o cuidado excessivo com a aparência, a crença em sua vocação para a maternidade, o egoísmo e o hábito de fazer fofoca. Susanita sonha em ter um casamento com marido rico e muitos filhos – uma representação da mulher burguesa na época. Não se importa com o futuro da humanidade e por isso declara seu nojo à pobreza. Embora se declare amiga de Mafalda, rejeita suas ideias, assim como as ideias de Manolito. Vale destacar que a personagem Susanita é uma das personagens que mais interage e contrasta com Mafalda, depois de seus pais.



Figura: 10. Fonte: quino.com.ar

Miguelito é um dos últimos personagens a entrar para a turma de amigos de Mafalda. O personagem tem como característica principal a inocência e é movido pela curiosidade de compreender o mundo. Por ora fica perplexo com as contradições existentes ao seu redor, contradições essas, que não consegue explicar. Vale destacar que a amizade entre Miguelito e Mafalda teve início na praia, onde Mafalda passava suas férias juntamente com seus pais.



Figura: 11. Fonte: quino.com.ar

Liberdade é o nome da última personagem a configurar o quadro de personagens da obra de Quino. Incorporado às tiras em 15 de fevereiro de 1970 e em tamanho visivelmente menor que os outros personagens, Liberdade configura-se em uma metáfora da própria liberdade, principalmente pelo caráter contestador que possui.

Mafalda e Liberdade também se conheceram durante as férias. Entre os grandes feitos de Liberdade está um presente enviado por seu pai à Mafalda e seu irmãozinho Guile – uma tartaruguinha. Mafalda nomeou a tartaruguinha como Burocracia, uma metáfora para a lentidão do sistema.



Figura: 12. Fonte: quino.com.ar

Guile, irmãozinho de Mafalda, conforme Quino (2013), foi inspirado em seu simpático e atrevido sobrinho. O irmão caçula de Mafalda aparece durante a transição das publicações de *El Mundo* para *Siete Días Ilustrados*. Guile apresenta algumas características da irmã e é aquele que, através de ações, transgride certas normas familiares. Podemos dizer que o nascimento do irmão representa um marco na vida de Mafalda, pois ela passa a ser aquela que responde ao irmão questões antes realizadas por ela própria aos pais. Desse modo, Mafalda e Guile passam a dividir o espaço de

inquietações, mas com uma diferença: enquanto Mafalda permanece no nível do dizer, Guile ocupa uma posição de maior enfrentamento ao dizer e agir.

Como é possível perceber, o grupo de personagens que compõem a obra de Mafalda em *Toda Mafalda* e *Mafalda Inédita* possuem características diferentes, tal qual a sociedade em que vivemos. Isso possibilita que diferentes temas sejam abordados e diferentes posições sejam tomadas.

3.2. O DISCURSO E A IDEOLOGIA

Neste subcapítulo, tratamos sobre discurso e ideologia, especialmente por entendermos que, na perspectiva discursiva, a ideologia interpela os sujeitos através da linguagem. Dessa forma, como ponto de partida, trazemos alguns fatos/acontecimentos que constituem o contexto sócio-histórico da Argentina e do mundo. A relevância desse levantamento está no que Courtine (2009) denomina condições de produção. Para o referido autor, o contexto sócio-histórico é elemento constituinte das condições de produção do discurso. Nas palavras do autor:

A relação [...] entre lugares objetivamente definidos em uma formação dada, e a representação subjetiva desses lugares, em uma situação concreta de comunicação, propiciaram interpretações nas quais o elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo (2009, p. 49).

Isso implica dizer que o lugar social, as experiências/vivências, bem como as formações imaginárias do sujeito que enuncia e com quem interage no processo discursivo são determinantes na produção de sentidos de dado discurso, por essa razão, os sentidos podem variar de acordo com os sujeitos envolvidos no processo enunciativo.

Ao pensarmos em um contexto mundial, temos como contribuição Machado (2009) que aponta a década de 60 como um período marcado por profundas transformações nas ordens: política, econômica, social e cultural, o que abriu caminho para o questionamento de valores de uma sociedade conservadora, cuja lógica vigente era/é a capitalista. Cabe-nos acrescentar que o estopim de tantas reflexões teve como motivação as

consequências do pós-Guerra, entre elas: a derrubada do ditador cubano (que era apoiado pelos EUA) Fulgêncio Batista, pelos guerrilheiros de *Sierra Maestra*, a resistência dos vietnamitas à maior invasão militar, desde a II Guerra Mundial; e a imposição ao poderio francês pela Argélia. Segundo a autora:

As ondas de insubmissão caracterizaram setores sociais de diferentes países como França, EUA, Tchecoslováquia, México, Argentina, entre outros. A palavra de ordem era lutar, entre outros fatores, contra os autoritarismos, as ditaduras, as desigualdades sociais e o subdesenvolvimento econômico. A contestação à lógica imposta e à atmosfera de efervescência cultural provocaram mudanças significativas em todo o mundo, identificadas nos movimentos pacifistas, na exigência da extensão universal dos direitos civis, nas organizações de partidos e sindicatos que resultaram em grande mobilização social e em reações insurrecionais espalhadas ao longo do planeta (MACHADO, 2009, p. 14).

É também, nesse contexto, que a Análise do Discurso surge na França como uma disciplina de interpretação que busca desfazer as evidências de sentido. Assim, a insatisfação em relação ao governo De Gaulle, somada às constantes mobilizações, protestos, greves e manifestações, além de um encontro com Althusser configuraram-se em um cenário perfeito para encontros de estudos e discussões, entre três pensadores da academia: Michel Pêcheux, Paul Henry e Michel Plon. Juntos, eles apontavam a necessidade de se repensar a ideologia, manifesta pela linguagem. Para Orlandi, o ponto forte da construção teórica da Análise do Discurso foi:

... ter discutido o modo mesmo como define e como funcionamento e ideologia, colocando o discurso como o lugar de acesso e observação da relação entre a materialidade específica da ideologia e a materialidade da língua. [...] E aí não se pode prescindir, de um lado, da ideologia. Não como ocultação da realidade mas como princípio mesmo de sua constituição (2003, p. 12).

Dada a relação entre discurso e ideologia, passemos aos acontecimentos que marcaram a Argentina durante as décadas de 60 e 70. Em linhas gerais, assim como outros países da América Latina, a Argentina passou por três anos (1966-1969) de regime militar até o general Juan Carlos Onganía ser obrigado a renunciar ao cargo, entretanto, a tensão no governo segue até meados de 1972, quando, então, se inicia um período curto e transitório de democracia, mas, em 1976, ao ter a presidência assumida por uma mulher, a Argentina é surpreendida com um novo golpe militar.

Conforme Machado (2009), o período de instabilidade política teve seu início após dois mandatos de Juan Domingo Péron (1946-1955). Tal instabilidade repercutiu na oscilação entre civis e militares no poder, o que significava um sentimento de constante ameaça de golpe.

Em junho de 1966, o general Juan Carlos Onganía, por golpe militar, assume o lugar de Arturo Illía. O referido golpe teve apoio não só do empresariado e da maioria dos partidos políticos de direita, mas principalmente do exército e dos interesses do capital internacional. Tudo isso se deu em resposta ao crescimento dos movimentos populares na época e também ao temor de políticos de direita, frente à possibilidade de Péron vencer as eleições previstas para 1967.

Entre as ações do governo militar estavam: o fim dos partidos políticos, a dissolução do Parlamento – o que significava que o poder passaria exclusivamente ao presidente – e intervenções nas universidades, com o propósito de dar fim a autonomia acadêmica. Conhecida como o maior movimento de repressão física e cultural, *la noche de los bastones largos*, em 29 de junho de 1966, caracterizou-se pela instauração da censura oficial, através da prisão de alunos e professores universitários. A repressão característica da época provocou em empobrecimento no mundo acadêmico, pois pesquisadores e intelectuais, por motivos políticos, buscaram abrigo em outros países.

Já no que concerne a economia da Argentina, com vistas a reestabelecer a confiança do mercado investidor, ações do governo entre 1965 e 1968 resultaram em uma queda significativa da inflação. Entre as ações, Machado (2009) destaca: o congelamento de salários por mais de dois anos e a suspensão de negociações coletivas pelos sindicatos. Nota-se, entretanto, que o autoritarismo excessivo não foi suficiente para calar a população, isso porque, em maio de 1969, o movimento de protesto, conhecido como *el cordobazo*, provocou uma tensão muito grande entre diferentes grupos sociais e o governo, desestabilizando-o. Estudantes universitários, que teriam resistido ao golpe de Estado, agora organizavam um conjunto de ações unificadas: greves, mobilizações, atos públicos e assembleias, marcando uma posição contrária ao conjunto de ações do governo. Vale lembrar que, embora o auge do movimento tenha se dado em 1969, com o *cordobazo*, as tensões tiveram início muito antes, segundo Machado:

... estas tensões já eram sinalizadas desde a morte do estudante e trabalhador Santiago Pampillón, convertido em um símbolo da luta e da resistência. Além de se oporem à repressão, à censura e às perseguições do regime ditatorial, o movimento estudantil denunciava os graves efeitos da massificação nas universidades. Em uma época em que cresciam as expectativas de adquirir um título, um diploma e o desejo de participar do processo de modernização da economia e da ciência, o número dos que ingressavam na universidade era muito maior e aumentava mais rapidamente o número de empregos existentes (2009, p. 22).

Como podemos observar, a luta dos estudantes era uma luta por qualificação por melhores oportunidades de estudo e de trabalho e, principalmente, por liberdade de expressão, um movimento forte que se estendeu até 1972, juntamente com a crise que esse movimento instaurava. Foi, então, em 1972, que Lanusse – representante da força nacional do exército – reconheceu a necessidade de trazer ao poder Péron, por acreditar na capacidade desse para restabelecer a estabilidade política, o que de fato aconteceu. Mas essa estabilidade também não durou muito tempo. Com a morte de Péron em 1974, sua esposa Maria Estela Martínez de Péron, mais conhecida como Isabelita Péron, ao assumir a presidência do país, deu início a mais um período de crise e consequente golpe civil-militar em 1976.

3.3. O DISCURSO E O GÊNERO

Como podemos observar, temos uma época marcada pela disputa de poder entre classes, estudantes e trabalhadores. É, pois, nesse movimento entre a política da opressão e a política da democracia, que surge um novo conceito de gênero. De acordo com Funck:

O gênero surge com a crítica marxista-materialista. Conforme o feminismo marxista, o gênero não existe fora de um contexto ideológico, não podendo portanto ser tratado como uma categoria isolada, e sim como parte de um processo de construção social e cultural. Além disso, o gênero trata não apenas de uma questão de diferença, que pressupõe simetria, mas de uma questão de poder, onde nos deparamos com assimetria e desigualdade, com a dominação de feminino pelo masculino (1994, p. 20-21).

A partir das palavras da autora, podemos compreender que os conflitos que se dão na ordem política de um país estão intimamente ligados às questões de poder, que se

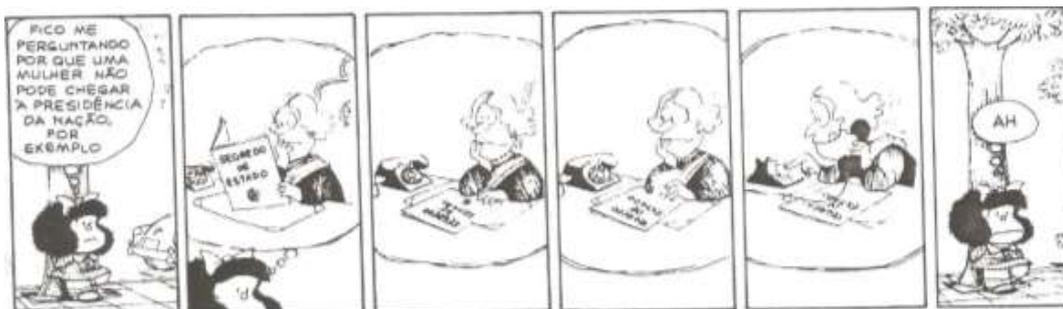
estabelecem entre sujeitos categorizados por gênero, isso porque, segundo Butler, “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídas” (2015, p. 21), temos assim, na conjuntura da luta de classes, também, a relação de poder que se estabelece pelo masculino sobre o feminino.

Desse modo, ao refletirmos sobre o processo e funcionamento de classes, destacamos a língua como materialidade discursiva que nos permite compreendê-lo. Funck (1994), então, destaca que preocupações políticas nos campos da linguagem, da cultura e da sociedade deram origem aos estudos de gênero. Convém, entretanto, ressaltar que, na perspectiva teórica adotada neste trabalho, compreendemos a cultura e a sociedade como lugar de entremeio entre a história e o social. Isso implica dizer que, em nossa perspectiva, os estudos de gênero tiveram sua origem em preocupações de ordem ideológica.

Nessa acepção, observamos um rompimento com a noção cientificista e determinista de sexo, pois, o gênero, enquanto identidade, passa a ser uma construção que se dá por meio da linguagem, daí a relação entre gênero e discurso. Dessa forma, ao refletirmos sobre gênero, como construção histórica que se realiza através da linguagem, corroboramos o que diz a autora, quando afirma que essa construção:

... precisa ser constantemente afirmada, desconstruída e negociada, são exatamente as diferentes práticas discursivas que permitem e promovem os processos de subjetivação e de identificação com aquelas características que em certo momento histórico são vistas como femininas ou masculinas (2007, p. 186).

Assim, ao entendermos a construção de gênero (que afirma, desconstrói e negocia) como processo de interpelação ideológica que constitui a subjetividade, ao mesmo tempo, percebemos a língua como o espaço em que se materializam seus efeitos. É através da língua que somos interpelados por discursos, os quais apontam um comportamento ideológico determinado como sendo padrão masculino ou feminino. Trata-se de comportamentos estabilizados e que, tomados como norma, são propagados. É o que observamos na tirinha a seguir:



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 216.

Temos, nesse discurso, funcionando formações imaginárias que produzem um sentido sobre a mulher, o sentido de que mulher não sabe guardar segredo, logo não pode ser chefe de estado. Segundo Orlandi, “as formações imaginárias [...] se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso”, nesse caso temos marcas linguístico-imagéticas que apontam para o poder hegemônico masculino, que constituem essas formações imaginárias. Para Orlandi, “há em toda língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sociologicamente descritível para a posição dos sujeitos discursivamente significativa” (1994, p.56).

Orlandi, ao apontar as relações sociais como constitutivas das formações imaginárias, faz-nos pensar sobre o gênero como relacional. De acordo com Flax (1991), tais relações são constituídas a partir de partes independentes que se inter-relacionam ao mesmo tempo em que também são instáveis. No entanto, a autora nos chama atenção para o fato de que as relações de gênero são relações dicotômicas, construídas a partir da divisão de traços e capacidades humanas, determinados para um ou outro gênero, formando estereótipos do que é ser masculino e do que é ser feminino. Essa divisão, por sua vez, tem caráter excludente, pois, permite-nos pertencer a apenas um deles, “nunca ao outro ou a ambos” (1991, p. 228).

Essa divisão determinada de traços e capacidades humanas pode ser entendida como a ideologia que naturaliza dizeres e comportamentos, produzidos ao longo da história. Segundo Orlandi, “a ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários” (1994, p.57).

Convém lembrar que, em épocas e culturas diferentes, algumas características podem variar, mas, somente no interior de cada gênero, isso acaba por estabelecer uma

hierarquia entre eles, marcando a dominação de um sobre o outro. Neste sentido, Flax afirma que “na perspectiva das relações sociais, homens e mulheres são ambos prisioneiros do gênero, embora de modos altamente diferenciados, mas inter-relacionados” (1991, p. 229). Como podemos perceber, o gênero não é uma hierarquia natural, assim como não são as questões de raça e classes sociais. Todas essas questões são disseminadas por meio de práticas discursivas, isto é, pelo imaginário (relação da língua com a história), ora perpetuando, ora determinando transformações sociais no fazer/dizer.

3.4.O DISCURSO E A IMAGEM

Ao considerar o discurso como efeito de sentidos entre sujeitos, constituídos por condições de produção diversas, temos na interpelação ideológica, a identificação dos sujeitos com determinados saberes, possibilitando-nos o reconhecimento das posições-sujeito assumidas no discurso das tirinhas da Mafalda. É importante aqui destacar que a materialização de sentidos não se dá apenas no nível linguístico. A AD, como constructo teórico e analítico, admite, atualmente, sua aplicação em outros níveis. Por essa razão, destacaremos os efeitos de sentido produzidos nas tirinhas da Mafalda, tomando-as como materialidade linguística e visual.

Nesse sentido, o tratamento que daremos à imagem segue o mesmo conceito apresentado por Quevedo em sua dissertação, isto é, “imagem’ como produção de um imaginário instaurado por um gesto de interpretação realizado sobre a formulação visual” (2012, p. 125). Isso significa dizer que a imagem (enquanto objeto empírico) será trabalhada como produção de uma (entre outras) leitura realizada por um sujeito (sujeito-autor). Convém acrescentar que frente aos demais olhares, muitas vezes, a leitura provoca um efeito de evidência. Dessa forma, a análise da imagem, que propomos neste trabalho, permitir-nos-á compreender no processo de subjetivação, além do funcionamento da interpelação ideológica, também, a falta, dada pelo inconsciente. Falta essa que, segundo Quevedo, produz “no ritual ideológico a falha” (2012, p. 126).

É importante notar que, assim como lemos diferentemente uma mesma materialidade linguística, também olhamos uma mesma imagem de formas diferentes,

segundo condições de produção diversas. Quevedo (2012) destaca, ainda, a imagem como resultado de uma superposição de duas estruturas: imagem enquanto objeto empírico e imagem como resultado de um gesto de interpretação. Para o autor:

O gesto de leitura produz a imagem, administrando-lhe os sentidos, a partir de um arranjo discursivo de pontos de (in)visibilidade. Esse arranjo configura-se na superposição das duas estruturas (QUEVEDO, 2012, p. 193).

Nessa perspectiva, a leitura da imagem é concebida como o trabalho do simbólico tentando recobrir o real do sentido. É importante que atentemos para o fato de que, pelo efeito do simbólico, a sobreposição da imagem (leitura) sobre a imagem (objeto empírico) nunca é totalmente coincidente, possibilitando a deriva do sentido ou sentidos outros, no espaço entre as duas estruturas. Isso nos leva a perceber que assim como o sujeito de Lacan é constituído pelo Real, pelo Imaginário e pelo Simbólico, assim também a leitura da imagem constitui-se na relação entre o Real, o Imaginário e o Simbólico, permitindo-nos referirmos a imagem como uma espécie de textualização do(s) discurso(s), isto é, como materialidade discursiva.

Convém destacar que, ao tomarmos a imagem como materialidade discursiva, estamos assumindo, como caráter dessa materialidade, o caráter da materialidade linguística, isto é, o efeito de evidência, a incompletude e a contradição. São essas características que dão lugar à falha e ao equívoco. Destacamos ainda que, a imagem, sendo materialidade de um discurso, em sua formulação, fornece pistas para a construção dos sentidos. Para Quevedo, a leitura de uma imagem se dá sob dois domínios: o domínio da memória e o domínio da atualidade. Nas palavras do autor:

...postulamos que esse trabalho de leitura da imagem se dê em dois domínios. No domínio da memória, perpassando diversas posições-sujeito, evoca-se um feixe heteróclito e vasto de vieses de leitura. No domínio da atualidade, a posição-sujeito que ali enuncia “assume” uma dessas possibilidades de leitura, congelando as demais, obliteradas na enunciação. Assim, embora as possibilidades todas de leitura estejam ligadas entre si pela divisão material do sentido, por objetividade contraditória, “naturalizam”-se a unidade e a evidência do sentido a partir da incisão desse “dizer” no regime de enunciabilidade de uma FD (2012, p. 195).

Isso significa dizer que o trabalho de leitura da imagem, uma vez que se constitui em um recorte, ao possibilitar alguns sentidos, exclui outros, isso porque a leitura

da imagem é perpassada por várias e diferentes posições-sujeito. No que concerne o domínio da atualidade, ao operar sob o efeito de saturação da imagem, não se descarta a possibilidade de sujeito-autor e sujeito-leitor o fazerem de maneira diversa. Em outras palavras, mesmo que tenhamos a mesma imagem (objeto empírico), as imagens (gestos de leitura) produzidas poderão ser diferentes, porque como base para a construção do sentido pelo sujeito está a memória, como conjunto de saberes já ditos/vistos e esquecidos.

Desse modo, ao pensarmos em nosso objeto de estudo e análise – tirinhas da Mafalda –, percebemos a presença de uma materialidade discursiva formada pela imagem e pelo linguístico, sem que, entre esses elementos, exista qualquer hierarquia. Os sentidos são construídos na relação que se estabelece entre imagem e língua, apresentadas de forma textualizada, o que não descarta a possibilidade de contradição entre o que é visto e o que é dito.

4 UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO

Neste capítulo, optamos por aplicar os procedimentos descritivos e interpretativos que constituem nosso trabalho em Análise do Discurso. Para isso, mobilizamos os princípios teóricos ligados à subjetividade e à historicidade, até aqui desenvolvidos, a partir dos aspectos linguístico-enunciativos e imagéticos que compõem nosso *corpus*: tirinhas da Mafalda.

Assim, partindo do princípio de que é o próprio *corpus* que aponta os elementos para a construção da metodologia de análise, partimos primeiramente de um *corpus* empírico, constituído pela totalidade dos textos/tirinhas, isto é, as obras *Toda Mafalda* e *Mafalda Inédita*, ambas de Quino. Dessas obras, destacamos algumas tirinhas, cujos temas são política e mundo, para chegarmos a um *corpus* discursivo, o objeto sobre o qual incidem as análises.

É importante lembrar que nosso *corpus* discursivo não surgiu automaticamente, pois essa delimitação implicou um tipo de recorte, através do qual se definiu o que pertence e o que não pertence a ele.

Nesta pesquisa, o recorte pautou-se pelos nossos objetivos e baseou-se na escolha de tirinhas que geram questionamentos, a partir dos temas: política e mundo, entretanto, os discursos analisados não tiveram como critério essa divisão. Tal delimitação, apenas forma nosso *corpus* discursivo e, a partir daí, o trabalho realiza-se pela análise das imagens (objeto empírico) e de sequências discursivas¹⁷ representativas das tirinhas. Tais sequências discursivas são selecionadas conforme os objetivos da análise e identificadas por um número que indica a ordem crescente em que se apresentam.

As sequências são organizadas em recortes¹⁸ discursivos, que atestam os efeitos de sentido produzidos no discurso, bem como a filiação do sujeito enunciador a

¹⁷Segundo Courtine, sequências discursivas são “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (2009, p. 55).

¹⁸A noção de recorte foi formulada por Orlandi que afirma: “O recorte é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem - e - situação” (2011, p. 139).

uma determinada formação discursiva (FD) e a identificação com uma determinada posição-sujeito. Os recortes são organizados numa numeração crescente: R1 e R2 e recebem uma designação que anuncia o efeito de sentido conforme nosso gesto de leitura. Ao final dos dois recortes analisados, apresentamos ainda uma reflexão sobre o discurso religioso, como discurso transversal, por entendermos a importância desse atravessamento, na produção de sentidos dos recortes que constituem este trabalho.

4.1. A IDENTIFICAÇÃO COM A FORMAÇÃO DISCURSIVA ANTICAPITALISTA – FDA

Neste primeiro recorte, são apresentadas as relações que o sujeito do discurso estabelece com a FD, que é contrária ao pensamento capitalista, por essa razão denominada Formação Discursiva Anticapitalista¹⁹ - FDA. É importante frisar que a denominação de uma posição contrária ao pensamento capitalista pressupõe o reconhecimento das características que constituem o capitalismo. Em linhas gerais, o capitalismo é um sistema onde os bens e serviços são produzidos para o mercado e obtidos pelo mercado. Nesse sistema, os trabalhadores que não são proprietários vendem seu produto (bens e serviços) para os capitalistas, que o revendem por valores superiores, gerando, assim, lucro para si. Deste modo, o mercado configura-se como a mediação entre capital e trabalho, logo, o sistema capitalista sobrevive dos lucros obtidos, através da força de trabalho da classe trabalhadora.

Sendo o capitalismo um sistema que visa única e exclusivamente o lucro, a produção de bens e serviços torna-se uma ação massiva e, conseqüentemente, competitiva num primeiro momento, em esfera local, que logo é saturada abrindo para a esfera externa,

¹⁹O termo anticapitalista foi retirado do artigo *O que é (anti)capitalismo?*, escrito por Ellen Meiksins Wood, e traduzido pela Prof^a Lígia Osório Silva – IE/Unicamp. Nesse artigo, a autora define o termo em questão como movimento que luta por justiça social, paz, democracia e um ambiente sustentável. Ainda, segundo a autora, trata-se de um campo amplo, do qual outros movimentos derivam, entre eles o socialismo e o comunismo.

aquela que pela expansão gera a globalização. Para Wood, o processo expansionista do mercado e capital traz consequências, entre as quais, a autora destaca que:

1. A organização do trabalho visando a maximização dos lucros significa que o emprego de tempo e energia de uma grande parte das pessoas se dá na realização de trabalhos desagradáveis e nada compensadores. 2. A qualidade e até mesmo a segurança dos bens e serviços frequentemente cederão lugar à maximização dos lucros e aos cortes de gastos. 3. Todos os aspectos da vida que se tornam mercadorias são retirados da esfera da responsabilidade democrática e passam a atender não à vontade do povo, mas às exigências do mercado e do lucro. 4. O capitalismo, com sua ênfase na maximização do lucro e da acumulação de capital, é necessariamente um sistema de produção que destrói e desperdiça. Consome vastas quantidades de recursos, atua segundo as exigências de curto prazo de lucro em vez de agir segundo as necessidades de longo prazo de meio ambiente sustentável, e implica constante destruição e desperdício para criar demanda (2006, p. 41).

Convém acrescentar que os problemas supracitados ficam, ainda, maiores com as diferenças cada vez mais acentuadas entre as classes sociais. Isso, devido a fatores como necessidades de capital, geradas pelo próprio mercado, as altas taxas de destruição ambiental e principalmente a globalização – fenômeno gerado pela própria natureza do capitalismo: a autoexpansão.

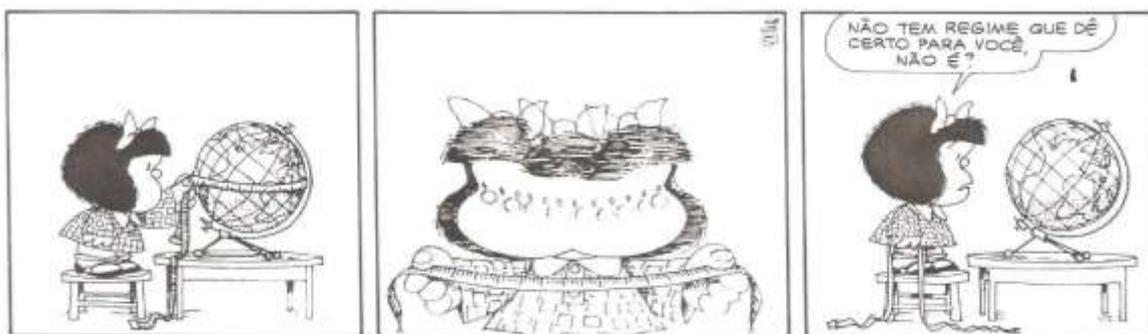
Wood (2006) destaca ainda que o processo de globalização deu-se/dá-se por meio de novos métodos de sujeição, permitindo às grandes potências capitalistas direcionarem os Estados a agirem a serviço do capital, sem que para isso precise exercer domínio direto. Calcada nessa linha de raciocínio, é que surgiram o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade – órgão que antecedeu a OMC – Organização Mundial do Comércio), todos com o firme propósito de gerir um sistema de “ajuda” aos países em desenvolvimento, frente à aceitação de regras/condições impostas por grandes potências. Nesse ponto, é importante refletir sobre as posições criadas, por exemplo, pelo cenário da Guerra, onde temos de um lado, a destruição dos países em conflito; e de outro, a ascensão econômica dos países capitalistas, que sob a máscara da solidariedade financiavam/financiam a guerra e logo em

seguida financiavam/financiam a reconstrução dos países devastados. É nesse sentido que Wood afirma que:

...o capital global se beneficia do desenvolvimento desigual e da diferenciação existente nas diversas economias do mundo, que proporcionam fontes baratas de trabalho e de recursos, enquanto ao mesmo tempo controlam a mobilidade da mão de obra (2006, p. 46).

Frente ao conceito de capitalismo e a tudo que ele significa para as classes média e trabalhadora, temos nas tirinhas da Mafalda, um sujeito que se posiciona contrário à ideologia do capital e da mais valia. Passemos, então, à análise da primeira tirinha:

SDR1



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 194.

Nessa tirinha, temos um sujeito inquieto frente ao Mundo, metonimicamente representado pelo globo terrestre. A figura do globo, no centro da mesa, produz um sentido de centralidade, isto é, o mundo e seus problemas de ordem política, ambiental e social constituem-se como o centro das preocupações do sujeito que enuncia. Como podemos observar, no primeiro quadro, o sujeito encontra-se de pé sobre um banco. O gesto da personagem – subir no banco – revela as dificuldades para se alcançar certos objetivos, neste caso, o objetivo da protagonista é examinar o globo (o mundo). Diante do mundo, a protagonista se vê frente ao desafio de medir, quantificar ou ainda qualificar o objeto. Esse sentido é produzido pela ação da protagonista ao utilizar uma fita métrica para medir o globo terrestre. A fita métrica – instrumento utilizado para medir a distância entre pontos – produz um efeito de objetividade e credibilidade aos resultados que aponta. Outro aspecto, ainda do primeiro quadrinho e que merece nossa atenção, diz respeito à ausência do traçado da boca da personagem. Essa ausência nos faz refletir sobre o silêncio fundante,

aquele que, segundo Orlandi (2007), encontra-se na base de todo dizer. Desse modo, o sujeito produz sentidos.

Ao passarmos para o segundo quadrinho, temos um discurso produzido só a partir da imagem, assim como do anterior. Trata-se de uma figura sinérgica, isto é, uma figura que reproduz movimento. Nesse caso, o movimento aponta concomitante e equivocadamente para a constatação de que a distância entre os pontos se configura como problema de “grande” proporção e para o gesto de negação. Desse modo, a não aprovação da dimensão do problema constatado, associada ao gesto de negar a referida constatação, produz um efeito denominado por Indursky (1990) como denegação discursiva.

O termo denegação tem sua origem na psicanálise. De acordo com Indursky, a denegação discursiva acontece quando “o sujeito diz sem, de fato, dizer, apresentando-se dividido entre seu desejo de dizer e sua necessidade de recalcar” (1990, p. 118). Assim, a denegação discursiva se dá quando uma negação “incide sobre um elemento de saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso” (1990, p. 120).

O mesmo processo de denegação discursiva pode ser observado no enunciado verbal do terceiro quadro *Não tem regime²⁰ que dê certo para você, não é?* Isso porque, ao enunciar – *Não tem*, o sujeito recalca o enunciado afirmativo contrário – *Tem*. Note-se ainda que, no enunciado apresentado em forma de pergunta, uma pista que contribui, significativamente, para a produção de sentido é o excesso do termo negativo “não”, associado ao gesto anterior da protagonista. Na perspectiva discursiva, o excesso é tratado por Ernst como um “acréscimo necessário”, que busca a “reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos” (2009, p.04), com vistas a manter os mesmos pressupostos ideológicos.

O excesso da negação enfatiza duas posições-sujeito, uma ligada ao senso comum (o mundo não tem jeito) e outra ligada a uma FD anticapitalista, que proporia um regime que desse certo. Isso significa dizer que a reiteração do gesto negativo sobre a impossibilidade de mudança do mundo recalca o pressuposto afirmativo, que se constitui num saber pertencente ao que estamos chamando de FD anticapitalista.

²⁰ O termo regime apontado na tirinha, devido às condições de produção do discurso, refere-se ao regime militar na Argentina, o qual teve duração de oito anos (1966 a 1973).

Um outro aspecto a ser considerado diz respeito ao funcionamento da interrogação. Pragmaticamente, esse funcionamento implica uma injunção à resposta; discursivamente à interpretação. Nesse caso, o sujeito-enunciador convoca seu interlocutor, representado na figura do globo terrestre, a assumir uma posição-sujeito frente ao regime vigente.

É, pois, pela equivocidade do termo “regime”, pela reiteração da negação e pela interrogação que o sujeito enunciador assume uma posição contrária ao regime vigente e tudo o que ele representa para a sociedade.

SDR2



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 208.

Na segunda sequência discursiva deste recorte, temos no primeiro quadro a imagem da protagonista, que enquanto dorme, sonha. Esse sonho mostra a inquietação – materializada no ponto de interrogação – do sujeito diante da cena de um personagem solitário, preocupado com o dinheiro que conta. Ainda compondo a imagem, figura uma réplica da estátua da liberdade, em dimensões reduzidas, se comparada tanto com a imagem original quanto com a outra personagem, que se encontra na possível ilha de Manhattan. Essa personagem apresenta índices que apontam para a figura do Tio Sam²¹, como a cartola²² e o terno. Entretanto, faltam na cartola as listras e as estrelas que remetem à bandeira dos Estados Unidos, o que implica um efeito de sentido de desidentificação com a nacionalidade americana.

²¹ Essa figura é a personificação nacional dos Estados Unidos da América. Constitui-se num dos símbolos mais conhecidos do mundo. Surgiu durante a Guerra angloamericana em 1812.

²² O termo "cartola", tanto em inglês quanto em português, implica *status* e poder.

Podemos observar, então, que a primeira imagem produz um sentido sobre o capitalismo, o de sistema que individualiza os sujeitos, dando-lhes a falsa ideia de liberdade, já que, pelo sistema, os indivíduos tornam-se sujeitos assujeitados ao capital e a mais valia. Note-se que, nesse primeiro quadro, os sentidos são produzidos pela imagem que fazemos da imagem (objeto empírico), isso porque, conforme Quevedo, a imagem:

...é a produção de uma leitura; um gesto de interpretação que, como tal, representa um ponto de recorte nos *continua* de sentidos, com cuja versão o sujeito se identifica. Versão essa que se lhe “naturaliza”, “evidencia”, apresenta como universal... (2012, p. 111).

Ao passarmos para a segunda cena, podemos observar que o discurso funciona sob a forma de um pré-construído na pergunta *É americano?*. Através da pergunta, o saber de que os EUA é um modelo do sistema capitalista surge na linearidade, compondo o intradiscurso. Desse modo, se do ponto de vista pragmático temos uma injunção à resposta afirmativa do outro, do ponto de vista discursivo o sentido produzido é de que o domínio capitalista é uma marca do país americano e através dele se perpetua, principalmente pela relação que estabelece com os demais países.

No mesmo quadro, podemos notar ainda que, ao produzir uma dupla negação – *Não, eu não tenho nacionalidade* –, o sujeito recalca/faz omitir sua nacionalidade, apontando para a condição daqueles "cartolas" cujos negócios ultrapassam as fronteiras americanas, atingindo outros países e controlando o mundo. Na realidade, a personagem representa o capital, o mercado. Por isso, não tem nacionalidade.

Dando sequência a essa análise, passamos ao terceiro quadro, onde o sujeito, ao enunciar *E... essa liberdade?*, reitera o sentido de que os EUA são um representante do capitalismo mundial. Note-se que as reticências, como lugar do excesso, isto é, como espaço significante, apontam para os sentidos em torno do termo liberdade, metonimicamente, representada pela estátua da liberdade. Podemos perceber também que a utilização do pronome demonstrativo, antes do substantivo liberdade, produz um efeito reificador e depreciativo sobre o termo. Estamos, então, diante de três sentidos para o termo liberdade: liberdade como objeto de mercado; liberdade como sinônimo de ser livre e liberdade como símbolo dos EUA. Desse modo, os sentidos são produzidos a partir do equívoco em torno do que é liberdade. Esse equívoco, em seu caráter contraditório, é que produz o efeito de humor na tira.

Vale destacar ainda que, através do funcionamento da pergunta, ao refutar o sujeito-Mafalda, o seu interlocutor produz um enunciado marcado pela repetição – *Estou vendendo filhinha, estou vendendo*. Essa repetição, esse excesso, funciona como uma forma de legitimar o saber da FD capitalista de que a tudo é possível atribuir um valor em dinheiro. Essa é a lógica capitalista. Do mesmo modo, esse sentido é mantido no último quadrinho, pois, vender a legítima liberdade significaria por fim às relações de dependência entre os países mais pobres e as grandes potências, nesta tirinha, representada pelos EUA.

Ao finalizar a análise dessa tirinha, é importante atentar para o silêncio constitutivo da imagem de Mafalda, pois é também, através desse silêncio, que ela revela uma posição-sujeito contrária aos pressupostos do capitalismo e aos efeitos que essa ideologia produz.

SDR3



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 263.

Nessa terceira sequência discursiva, temos uma tirinha formada por onze cenas. Na primeira, os sentidos apontam para a inocente brincadeira de criança – manuseio de massinha de modelar. No entanto, ao passarmos para a segunda cena, a personagem, ao construir a figura de um homem, denomina-o como homenzinho. Percebemos, assim, que o acréscimo do sufixo -inho ao termo homem atribui-lhe não apenas um sentido de pequenez

em relação ao tamanho, mas também um sentido de pequenez em relação ao seu valor, assim o termo homenzinho é construído como caráter depreciativo de humanidade.

Dando continuidade à análise, nós observamos uma sequência de duas cenas em que a personagem é colocada em um plano superior, em relação à figura moldada, trata-se da relação de poder que se estabelece entre o opressor e o oprimido. Pela relação de poder que o contexto oportuniza, a personagem é impulsionada a esmagar o outro. Nosso gesto de leitura é de que, enquanto sujeitos constituídos pelas condições de produção, os sujeitos são levados a exercer o poder sobre o outro, muitas vezes de forma inconsciente, visto que, nas duas imagens seguintes, a personagem expressa pelo seu silêncio um certo arrependimento. Mas por que “certo” arrependimento?

Se observarmos o enunciado verbal *Não sei por que o fiz, mas tomara que Deus esteja dormindo!*, podemos perceber que o arrependimento não se dá de forma consciente pelo sujeito, mas pelo temor que tem em relação ao olhar do Outro/Deus. Assim, somos sujeitos assujeitados ao olhar do outro/Outro, nosso dizer e nosso fazer não são nossos, mas construídos a partir das formações imaginárias, isto é, daquilo que imaginamos ser o desejo do Outro (instância reguladora), como designa Lacan. Torna-se relevante observar que o enunciado demonstra o desejo do sujeito de escapar do olhar regulador do Outro – *que Deus esteja dormindo* – temos, então, um atravessamento do discurso religioso no dizer do sujeito enunciator. De acordo com Orlandi, o discurso religioso caracteriza-se como:

... aquele em que fala a voz de Deus, começaria por dizer que, no discurso religioso, há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens) [...] O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens (2011, p.243).

Percebemos que a formação discursiva religiosa é constituinte do sujeito em Mafalda não apenas pelo que diz, mas por sua expressão na imagem (empírica), uma expressão desconcertante e de aparente arrependimento, que se justifica através do enunciado verbal *...eu fiz um homenzinho com massa de modelar e depois o esmaguei sem saber por quê*. Com base nessa materialidade linguística, nosso gesto de leitura nos

permite dizer que o fato de o sujeito assumir não saber o porquê de sua atitude aponta para o funcionamento da interpelação ideológica/inconsciente, nesse caso, a capitalista, em que aos seres são atribuídos valores de mercado, o que lhes possibilita o exercício do poder uns sobre os outros, a fim de perpetuar a diferenças entre as classes: opressor X oprimido, uma ideologia contrária e ao mesmo tempo contraditória ao que prega o discurso religioso, o de que todos os sujeitos são iguais devendo obediência a Deus, somente.

Essa relação conflituosa entre as classes torna-se evidente, também, no nono quadrinho, quando a personagem Guile questiona se o homenzinho disse alguma coisa. A materialidade nos revela o que Pêcheux afirma, em *Semântica e Discurso*, que é por meio da língua que o sujeito é assujeitado ideologicamente. Nas palavras do autor:

... a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção(ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) (1997, p. 165-166).

Assim, na nona cena da tirinha, ao termos a figura de um homem que cala, que aceita livremente sua condição de subjugado, temos um sujeito que assume sua posição de inferioridade na relação de classes, assume o lugar de oprimido. Um lugar que do ponto de vista do opressor é visto como o lugar do conformismo.

4.2. A IDENTIFICAÇÃO COM A FORMAÇÃO DISCURSIVA SEXISTA – FDS

Neste segundo recorte, serão apresentadas as relações que o sujeito estabelece com a FD sexista, assim denominada, devido à relação biunívoca apontada entre gênero e sexo. Nessa perspectiva, as características sócio históricas de gênero apresentam apenas duas possibilidades: ou uma ou outra, nunca as duas, em consonância com o caráter dicotômico de sexo (masculino ou feminino). Assim, optamos por chamar de FD sexista a formação discursiva, onde determinações estabilizadas como masculinas são atribuídas ao homem e determinações femininas são atribuídas à mulher. Nessa relação, não há

possibilidade de troca de papéis, troca de posições. Os sentidos, ora cristalizados, são discursivizados nas tirinhas, tanto na materialidade linguística, quanto na materialidade visual. Ao tratar da distinção entre os termos sexo e gênero, Butler afirma que:

O gênero não deve ser meramente concebido como inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (2015, p. 27).

Na perspectiva da autora, a cultura é posterior ao discurso, pois, segundo ela, é através do discurso que a cultura vai sendo construída. Convém lembrar que, o que para Butler é uma construção cultural, para a análise do discurso de filiação pecheuxtiana é o trabalho do pré-construído, no intradiscurso, conceito introduzido por Paul Henry (já desenvolvido no primeiro capítulo deste trabalho), ou ainda, o que Courtine designa como “uma construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação” (2009, p. 74). Assim, esse saber/dizer que já foi dito em outro lugar retorna ao discurso do sujeito, sendo por ele historicizado. Essa historicização do dizer poderá, por ora, perpetuar saberes ou apontar para um deslizamento ou deslocamento em relação a saberes estabilizados. Nossa posição é a de que, ao ser tomada pela análise do discurso, a cultura funciona como ferramenta que politicamente forja lugares de pertencimento para os sujeitos, estabelecendo uma hierarquia entre as posições-sujeito dadas/assumidas. Segundo Dorneles (2015), a cultura é efeito social presente na linguagem, na história, na ideologia e no sujeito. Desse modo, a autora afirma que “trazer a noção de ordem para a cultura é conceber a cultura como prática sócio-histórica cuja materialidade advém da relação com o simbólico” (2015, p.180). Note-se que a cultura ocupa um lugar de entremeio entre a história e o social.

Com base nos pressupostos teóricos que apontam as diferenças teórico-metodológicas nos conceitos de contexto sócio histórico e cultura, optamos pelo conceito de gênero como uma construção histórico-social, uma vez que essa determina lugares/posições hierárquicas, segundo uma sociedade formada por classes, onde a diferença de sexo (do ponto de vista biológico) corresponde a duas classes em conflito desigual, segundo os moldes da sociedade de classes apresentada por Pêcheux.

Passemos, então, às análises das três sequências discursivas a seguir, denominadas como sdr4, sdr5 e sdr6, respectivamente.

SDR4



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 31.

A quarta sequência discursiva apresenta como protagonistas: a mãe – Raquel – e a filha – Mafalda –, num espaço doméstico – lar. Assim, na primeira cena da tirinha, observamos, através da materialidade visual, o sujeito-mãe ocupando, naquelas condições de produção, uma posição de autoridade. Entre as pistas que contribuem para a construção desse sentido estão: a vassoura nas mãos, como se fosse um cetro (instrumento utilizado por reis como símbolo de poder e *status*), o gesto com o dedo indicador (materializando a relação histórica de obediência entre mãe e filha) e o enunciado verbal *Mafalda!...*, que ao ser grafado em letras maiúsculas e posto na parte superior do quadro, também produz um sentido de superioridade entre aquela que chama e aquela que é chamada. Além disso, nota-se que o turbante usado na cabeça pela mãe também é um índice que aponta para o lugar social de mulher/mãe, o lar. O sentido produzido, no âmbito visual, é o de lar como lugar da mulher, isto é, o sujeito naquele espaço exerce o poder que lhe é conferido socialmente.

Quanto à materialidade linguística, temos duas vozes marcadas pelo silêncio, pois, tanto no enunciado do sujeito-mãe: *MAFALDA!...* quanto no enunciado do sujeito-filha: *Jávoou...*, há a presença de reticências. Segundo Grantham, “as reticências são uma falta necessária e conveniente, pois, ao não-dizer, dizem. E mais: ao não dizer, deixam espaço para o dizer do outro, dando lugar a gestos de interpretação” (2009, p.135).

Assim, pensando no conjunto visual – linguístico, é que nosso gesto de interpretação é construído. O quadrinho imaginariamente dividido em duas partes marca o lugar das duas mulheres: daquela que detém o poder (pela postura, pelo dedo indicador e

pela voz que chama a filha pelo nome) e daquela sobre a qual o poder é exercido (a voz da obediência), uma espécie da célula da luta de classes, isto é, da luta entre opressor e oprimido.

Ao passarmos para o segundo quadrinho, temos as imagens da mãe e da filha e, dividindo o espaço e entre elas, os objetos vassoura e espanador – mulheres frente a frente, mas separadas pela hierarquia e pela tarefa doméstica: limpar. É importante, também observar que a personagem Mafalda aparece de costas e também usa um turbante na cabeça, a exemplo da mãe. O sentido produzido pela imagem é de perpetuação de valores, dados como essenciais para a época – toda mulher deve aprender desde cedo como executar atividades do lar. Trata-se de um conjunto de atos que ao serem passados de mãe para filha fazem perpetuar o sentido do que é ser mulher. Segundo Butler:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (2015, p.69).

Quanto ao enunciado verbal: *Já que você está ajudando, passe o espanador no globo terrestre, tá?*, podemos dizer que a utilização da conjunção adverbial – *Já que* – utilizada, metonimicamente, na interlocução entre mãe e filha, aponta para o sentido estabilizado e naturalizado do que é ser mulher, uma vez que, pela repetição histórica, certas práticas atravessam gerações. Passar de mãe para filha determinados saberes é uma delas.

Dando continuidade à análise, podemos perceber que, no terceiro quadrinho, os sentidos são produzidos pela materialidade visual (a mãe que observa a filha, que observa o globo terrestre) e pelo ponto de interrogação como marca discursiva, sujeita ao equívoco. Note-se que o funcionamento da interrogação cria um espaço de interpretação, a partir da expectativa da mãe, em relação à resposta da filha. Pragmática e discursivamente falando, há duas possibilidades de sentidos: a manutenção de um sentido tradicional para mulher (daquela que segue os valores determinados ideologicamente) ou a ruptura desse sentido, pela não obediência.

Assim, o quarto quadrinho, ao mostrar a quebra do silêncio, posto pela interrogação, apresenta um outro questionamento: *É para limpar todos os países ou só os*

mal governados? Tal questionamento evidencia que ao existir países mal governados, há países bem governados. Neste ponto, convém ressaltar que nossa análise reconhece o caráter crítico e contestador da personagem em relação ao mundo e seus desmandos. Entretanto, sua posição – a de mulher – continua a mesma, isto é, Mafalda ocupa o lugar social de filha que aprende com a mãe como limpar a casa. Na tirinha analisada, a posição-sujeito sustentada por Mafalda é a de mulher que aceita seu lugar social e não o questiona, visto que, de qualquer forma, ela desempenhará a atividade proposta pela mãe (representante da sociedade tradicional).

Ao tomarmos como objeto de análise a sdr4, podemos perceber que, no que concerne discurso e gênero, a posição-sujeito daquele que questiona/enuncia pode ser identificada com a formação discursiva sexista, porque esse sujeito assume práticas histórico-socialmente determinadas para o sexo feminino, sem questioná-las.

O caráter questionador do sujeito-Mafalda, conforme já mencionamos, ocorre na esfera política e econômica. Entre os sentidos possíveis para essa sequência discursiva, podemos apontar o equívoco em torno do termo globo terrestre. Na perspectiva do sujeito-mãe, o globo é apenas uma representação do planeta, enquanto para o sujeito-Mafalda é o objeto real. Note-se que o caráter contraditório e equívoco do vocábulo globo é que produz o humor, ao mesmo tempo em que revela a posição-sujeito de Mafalda, isto é, uma posição crítica à falta de ética na política.

SDR5



Fonte: QUINO. Mafalda Inédita. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 38.

A quinta sequência discursiva analisada, nesta pesquisa, foi retirada da obra Mafalda Inédita. Essa obra comporta tirinhas, vinhetas e slogans não publicados em livros, anteriormente.

Diferentemente da sequência discursiva anterior, temos, nessa tirinha, três personagens crianças, dois representantes do gênero masculino: Manolito e Filipe e uma personagem feminina: Mafalda. Essa tirinha circulou no jornal *El Mundo*, em 11 de maio de 1965, cerca de dez anos antes da chegada da primeira mulher ao cargo de presidenta da república, na Argentina.

Ao observarmos a primeira cena, três personagens discutindo sobre a função de cada um na brincadeira, temos para Manolito, como sugestão de função, o ministério das finanças, devido a sua afinidade com o comércio e o capital; Filipe, logo se intitula chanceler, cargo que tem como função o auxílio à (ao) presidente, mas é Mafalda que, ao escolher o cargo de presidente, suscita a revolta em Manolito. A imagem e expressão facial de Manolito, associados ao seu dizer: *Que absurdo! Mulher não pode ser presidente!*, apontam para a posição-sujeito preconceituosa e machista da personagem Manolito, uma figura que se opõem à posição-sujeito de Mafalda, ao identificar-se com a FD capitalista.

Desse modo, temos, no discurso de Manolito, a negação polêmica, conceito de Ducrot e que Indursky, ao defini-lo em suas palavras, dirá que:

A negação polêmica, por sua vez, permite que se expressem, simultaneamente, no mesmo enunciado os pontos de vista antagônicos de dois enunciadores: o enunciado positivo é imputado a um primeiro enunciador; enquanto o negativo é atribuído a um segundo enunciador, com o qual o locutor se identifica para opor-se ao primeiro (1990, p. 118).

A partir desse conceito, podemos dizer que Manolito se identifica com a formação discursiva em que o que lhe é próprio é que mulher não pode ser presidente. Ao assumir esse dizer, o sujeito enunciador refuta o dizer da formação discursiva do sujeito-outro, para o qual o que lhe é próprio é que mulher pode ser presidente. Trata-se de duas posições ideologicamente antagônicas, daí seu efeito polêmico.

Note-se que Manolito identifica-se com a FDS, por sua posição-sujeito contrária à mulher na presidência. Sobre esse discurso, é imprescindível atentar para o dizer do sujeito-Mafalda *Sou o presidente!*. Nele, temos um discurso que, também, aponta para a identificação do sujeito com a FDS. A principal pista para a construção desse sentido está na utilização do artigo definido masculino “o”, como determinante de presidente. Diferentemente do discurso produzido pelo sujeito-Manolito, que assume uma

posição, o discurso produzido pelo sujeito-Mafalda deixa escapar sua identificação com o saber de que a presidência da república é uma atividade para o gênero masculino.

Ao passarmos para o terceiro quadrinho, temos a resposta do sujeito-Mafalda em forma de pergunta, instaurando ali um novo questionamento: *Por que não inovar? Afinal estamos brincando!*. O que, entretanto, nos chama atenção e causa estranhamento não é o questionamento, a pergunta, mas seu complemento. O advérbio *afinal*, que juntamente com o verbo *brincando* produz o sentido de que, ao tratar o fato como uma simples brincadeira, a realidade lhe é oposta, isto é, como brincadeira a presidência da república pode ser um lugar ocupado por uma mulher, mas, tomado sob o ponto de vista da realidade, o lugar de presidenta da república não é próprio para a mulher.

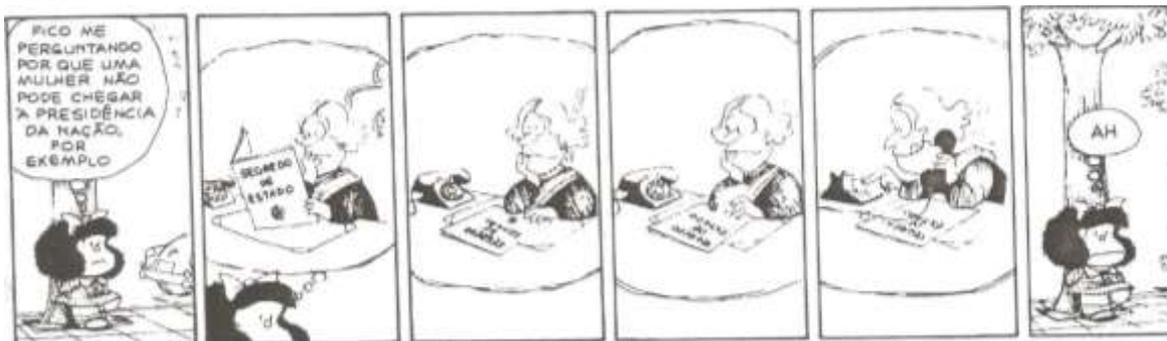
É possível observar que, diante da manifestação de Mafalda, Manolito, ao tomar novamente a palavra, encerra o assunto. Passemos à análise do enunciado verbal: *Porque nem de brincadeira a gente deixa alguém que quer inovar ser presidente!*.

Note-se que o emprego da conjunção *nem* aponta para o discurso-outro desqualificando-o, assim, há reiteração de um discurso que rejeita a mulher na presidência, assim como a inovação. Ao pensarmos sobre a negação, que se estende sobre o sentido de inovar, podemos perceber que o discurso, ao apontar para a manutenção de sentidos tradicionais, refuta pressupostos ideológicos outros, devido ao caráter ameaçador que essa ordem representa.

Outra expressão que merece nossa atenção é “a gente deixa”. Dito por um sujeito-enunciador identificado com o gênero masculino, temos a produção do sentido de que à mulher cabe a obediência ao homem, assim, cabe a ela assumir posições que lhe são autorizadas. Nesse sentido, os lugares de homem e mulher são dados como dois lugares distintos, onde um se sobrepõe ao outro hierarquicamente.

Para finalizar a análise dessa tirinha, é importante atentar para a materialidade visual presente no último quadrinho. Nela observamos que a personagem Mafalda cala cobrindo a boca com a mão. O sentido produzido pela imagem aponta por meio do silenciamento/censura o assujeitamento da figura feminina à figura masculina. Assim, a posição-sujeito de Mafalda, nessa materialidade, é a de submissão ideológica ao gênero masculino.

SDR6



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 216.

A última sequência discursiva que compõe este recorte tem como tema uma reflexão da personagem Mafalda sobre a mulher na presidência da nação. O sujeito estabelece um diálogo consigo mesmo, a partir do questionamento linguisticamente expresso no enunciado *Fico me perguntando por que uma mulher não pode chegar à presidência da nação, por exemplo*. Note-se que o funcionamento discursivo no enunciado, ao apresentar a modalização do verbo, na negativa – não pode, faz afirmar a posição do sujeito enunciador – a de que a presidência da nação não é lugar para mulher.

Desse modo, podemos afirmar que o discurso de Mafalda apresenta um enunciado dividido²³, conceito desenvolvido por Courtine. Segundo o autor, o conjunto do discurso “deve ser pensado como unidade dividida numa heterogeneidade em relação a ele mesmo” (2009, p. 65). Nesse sentido, nos é próprio dizer que, ao enunciar *não pode*, o sujeito deixa de enunciar *pode* e assume sua identificação com uma determinada formação discursiva e não outra.

Outra expressão que nos causa estranhamento é *por exemplo*. Ao refletirmos sobre tal expressão, é inevitável não pensar que se o dito sobre a mulher e o lugar de presidência é exemplo, há outros exemplos que estão sendo silenciados, isto é, há outros lugares que, segundo o sentido produzido no discurso, não podem ser ocupados pela mulher e a presidência é, apenas, um deles.

No segundo quadrinho, podemos observar que a imagem refletida pelo pensamento da protagonista comporta três elementos: um livro intitulado “Segredo de Estado”, uma mulher, cuja vestimenta aponta um lugar de autoridade, e um telefone. É

²³ O conceito de enunciado dividido, desenvolvido por Courtine, aparece na fundamentação teórica deste trabalho, na página 33.

válido destacar que o enquadramento dado aos três elementos coloca, entre a mulher e o telefone, o livro (com segredos), isto é, o segredo está posto no espaço entre o dizer e o silenciar (sentido dado pelo gesto da mulher ao tapar a boca com a mão). O sentido produzido a partir da cena é de que para a mulher é difícil guardar segredo. Sentido esse confirmado nas três cenas seguintes.

Assim, temos na tirinha sentidos produzidos a partir de um pré-construído sobre a mulher, isso porque, sendo a ideologia um elemento construído através da linguagem, dizeres como: mulher não guarda segredo ou as mulheres falam demais, ressoam em discursos outros, produzindo sentidos machistas e discriminatórios, como ocorrem na tirinha analisada.

Entretanto, o que novamente nos causa estranhamento é o sentido produzido pela última cena, em que a materialidade visual, ao mostrar a personagem com as mãos para trás e uma expressão triste em seu rosto, aponta para um sujeito resignado que, ao enunciar *Ah*, aceita o lugar social que lhe é imposto, pelo processo de assujeitamento.

O recorte analisado, nessa sessão, faz-nos refletir sobre os questionamentos propostos por Mafalda e, sobretudo, sobre as posições-sujeito ali assumidas. A voz que ecoa no dizer da personagem não é uma voz feminina, mas sim uma voz marcada por pressupostos ideológicos que separam/dividem o gênero, uma ideologia onde contestar/questionar faz parte do dizer feminino, mas ainda não se refletem em seu fazer. É nesse sentido que Butler, pensa a mulher, como um termo em processo, em construção, a mulher é:

Como prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais (2015, p. 69).

Com base no dizer de Butler, encerramos a análise desse recorte, salientando que independente da posição assumida pelo sujeito do discurso sobre o gênero feminino, a personagem Mafalda e suas inquietações suscitam em seus leitores gestos de interpretação que, como bem disse Butler (2015), podem ser ressignificados.

4.3. O DISCURSO RELIGIOSO COMO DISCURSO TRANSVERSO

Neste subcapítulo, não trataremos de um recorte específico, mas do funcionamento da interrogação no discurso transverso. Vale aqui destacar que, ao analisar a materialidade significativa, percebemos uma forte presença do discurso religioso como lugar de contradição. Assim, ao partirmos do princípio de que o discurso é efeito de sentido entre interlocutores, destacamos que, no discurso religioso, esses interlocutores ocupam dois lugares: um de ordem material e outro de ordem espiritual, isto é, os sujeitos constituídos ocupam o lugar do material e Deus, enquanto Sujeito (instância reguladora), ocupa o lugar do espiritual.

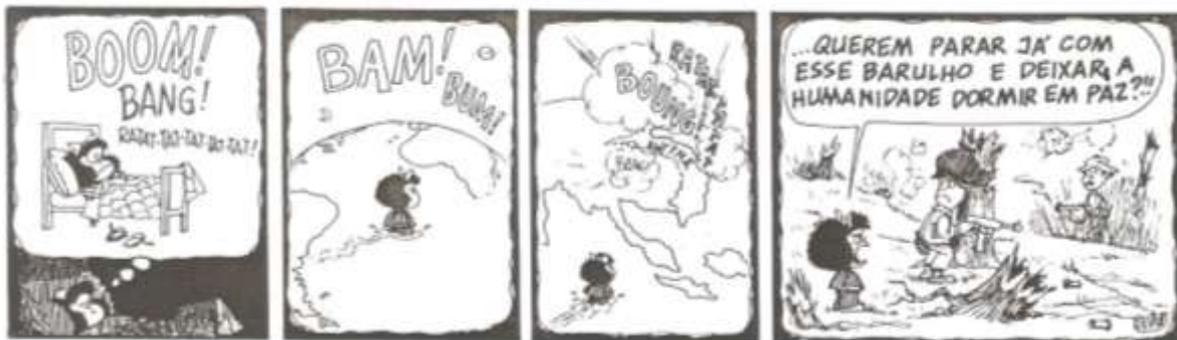
Desse modo, a interpelação ideológica dos sujeitos se dá pelo Sujeito, cuja voz se materializa em sujeito/representante autorizado: bispo, padre ou alguém que se assume como religioso e porta-voz de Deus. Segundo Althusser, nessa conjuntura:

Deus precisa dos homens, o Sujeito precisa dos sujeitos, assim como os homens precisam de Deus, os sujeitos precisam do Sujeito. Ou melhor: Deus precisa dos homens, o Sujeito dos sujeitos, mesmo na temível inversão de sua imagem neles (1983, p. 101).

Dada a relação entre sujeitos e Sujeito, o sujeito ao ser interpelado tem a ilusão do livre arbítrio, o que segundo Orlandi “nos leva a afirmar que o conteúdo da ideologia religiosa se constitui em uma contradição, uma vez que a noção de livre arbítrio traz, em si, a de coerção” (2011, p.242).

Pensando a interpelação ideológica do ponto de vista religioso, propomos aqui um estudo da interrogação e seu funcionamento no discurso religioso, visto que, na materialidade analisada, esse discurso surge/ecoa sob a forma de discurso transverso. Nessa perspectiva, o discurso transverso emerge a partir do entrelaçamento entre memória, repetição e sentidos. Em outras palavras, num dado discurso, por meio da memória discursiva um discurso-outro surge como implícito, é atualizado e repetido produzindo sentidos, muitas vezes contraditórios.

SDR7



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 208

A seqüência discursiva sete tem como tema os conflitos no Vietnã, um conflito que tem como motivação a ganância dos países desenvolvidos pelo controle do capital mundial. Ao atentarmos para o primeiro quadrinho, é possível observar que se trata de uma cena em que a protagonista está dormindo. Nesse sentido, o sujeito é interpelado através do sonho/pesadelo.

Ao passarmos para o segundo e o terceiro quadrinhos, temos, no caminho (América – Ásia) percorrido pela personagem, uma metonímia que produz o sentido de aproximação entre os dois continentes, isto é, reflexos dos conflitos do Vietnã estão perturbando a América. Na materialidade significante, o sentido de perturbação é construído a partir da expressão de irritabilidade da protagonista Mafalda – no último quadrinho.

Passemos, então, ao funcionamento do enunciado verbal *...querem parar com esse barulho e deixar a humanidade dormir em paz?!!* Observa-se que, logo no início, a presença de reticências sinaliza um silêncio constitutivo, algo deixou de ser dito, mas está ali marcando lugar no enunciado, produzindo sentido. Do mesmo modo, o funcionamento do verbo “querem” faz surgir o discurso-outro: “não querem”, e, por meio dessa dicotomia, há um sentido previsto: não querem parar, isso implica dizer que, embora sintaticamente sejam construções pertencentes a campos de saber opostos, o sentido produzido pode ser identificado com a mesma formação discursiva, com aquilo que pode/deve ser dito.

Vale ainda destacar a utilização de dois termos no enunciado: “barulho” e “humanidade”. Do ponto de vista discursivo, barulho funciona como metonímia para o conflito no Vietnã. Temos, por meio da contradição entre o conflito e a metonímia, o humor funcionando sob a forma de ironia. Trata-se de uma crítica ao descaso do sistema

em relação aos conflitos no Vietnã. Quanto ao termo "humanidade", ao pedir que deixem a humanidade dormir em paz, temos a exclusão dos agentes da guerra do caráter de humano. A humanidade passa a agregar as vítimas mortas no confronto e aqueles que não fazem parte das frentes de batalha, os outros.

E, finalmente, chegamos ao discurso transverso. Ao enunciar *dormir em paz*, temos na ambiguidade, um sentido religioso.

Dormir em paz e descansar em paz são ditos que remetem ao desejo de todo cristão, pois descansar em paz produz o sentido não só de missão cumprida, mas de certeza do recebimento da recompensa divina. Desse modo, a interpelação que se constrói pelo discurso religioso, na forma de discurso transverso, é de crítica aos agentes do conflito, assim, aqueles que não fazem parte da humanidade não terão paz se continuarem em guerra. Observamos ainda que, por meio da pergunta, é dado ilusoriamente o livre arbítrio na escolha de seguir ou não com a guerra, visto o caráter punitivo que é próprio do discurso religioso.

SDR8



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 274.

Nessa oitava sequência discursiva, o discurso religioso é evidente na materialidade visual, pois orar/rezar são atitudes que revelam o assujeitamento do sujeito ao Sujeito-Deus e a toda a ideologia que ele representa. Assim, o fato de a personagem figurativa ser uma criança produz no gesto de rezar um efeito de sentido marcado pela inocência e pela pureza de atitude, logo seu(s) pedido(s) será(ão) atendido(s).

Ao passarmos para o enunciado verbal, temos no excesso²⁴ do termo *não* a produção de sentido de que a situação da família de classe média argentina é séria.

²⁴ De acordo com Ernst, o excesso é uma “estratégia discursiva que se caracteriza por aquilo que está

Vejamos:... *aqui em casa as coisas não vão muito bem, porque meu pai não recebeu, sei que não devo pedir coisas materiais...*

É importante destacar que o valor do termo “não”, nas duas primeiras ocorrências, é diferente da terceira, pois o fato de as coisas não irem bem e o pai não ter recebido são consequências de um sistema que é exterior ao lar, é de ordem material e administrativa, enquanto que na terceira ocorrência do termo “não” temos o funcionamento do discurso religioso em forma de implícito, é o discurso transversal fazendo emergir o sentido reflexivo sobre ser certo ou errado pedir a Deus, soluções para questões de ordem material. Esse discurso, por sua vez, aponta a filiação do sujeito à formação discursiva religiosa.

Ademais, o fato de a personagem assumir que não deve pedir coisas materiais marca, estabelece o limite entre o espiritual e o material, onde problemas de ordem material, social não são da alçada divina. Trata-se de um saber que constitui a FD religiosa, FD com a qual o sujeito se identifica.

Vale, entretanto, lembrar que o discurso religioso aparece na materialidade visual e linguística como discurso transversal, uma vez que, o que é evidente é a denúncia da situação difícil pela qual as famílias argentinas estão passando, resultado de uma prática que estabiliza lugares nas relações de classe (pobres X ricos; operários X patrões). Assim, o funcionamento discursivo da pergunta na materialidade linguística dá-se pela troca dos termos “Estado” e “situação”. Vejamos os dois enunciados: ... *mas peço que o senhor melhore o estado em que está a situação / ou a situação em que está o Estado?*

Com base no que é dito, podemos observar que, pelo funcionamento discursivo da interrogação, entram em conflito dois saberes, um pertencente à FD capitalista e o outro pertencente à FD religiosa. Pela pergunta, então, o sujeito é interpelado a filiar-se a uma ou outra FD.

demasiadamente presente do discurso. Consiste: 1) no uso de incisas, [...] 2) na reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscorso, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos com vistas ao estabelecimento” (2009, p.4).

SDR9



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 222.

A nona sequência a ser analisada tem como tema a vestimenta da noiva. Podemos observar que o diálogo, estabelecido entre mãe e filha, problematiza o caráter simbólico da cor branca, associado à figura da mulher, que no discurso da autoridade deve ser: pura.

Ao observarmos a cena, temos, no primeiro quadrinho, a figura da mãe associado aos trabalhos manuais, atividade atribuída, durante muito tempo, às mulheres do lar. Temos aqui uma construção histórica de gênero.

Ao passarmos para o enunciado verbal – *Mamãe por que todas as noivas se casam de branco, se há tantas cores?* –, temos um questionamento ligado a uma prática tradicional: casar de branco. Note-se que, na resposta, o sujeito-mãe, ao enunciar que o branco é limpo e puro, coloca todas as demais cores como sujas e impuras, isto é, à cor branca é atribuído um valor e um status de superioridade em relação às demais cores. Podemos relacionar o valor e o status da cor branca à mulher que, por uma questão ideológica, é classificada em uma escala de valores: mulher de família, mulher fútil, mulher da vida, entre outras tantas denominações atribuídas, apenas, à figura feminina. Tal sentido é evidenciado principalmente no segmento em que o sujeito-mãe enuncia *uma noiva que não se veste de branco é... sei lá...*

Em nosso gesto de leitura, as reticências, presentes no enunciado, instauram a falta, isto é, os sentidos estão ideologicamente marcados na cor do vestido, mas não são evidentes. Há uma obscuridade sobre os sentidos. Vale acrescentar ainda que, ao tentar completar os sentidos, o sujeito-Mafalda o faz por meio de uma pergunta *Uma espécie de noiva com sujeirinha?* Podemos perceber que dada a incompletude do discurso do sujeito-

mãe, o sujeito-Mafalda, ao tentar preencher esse suposto vazio, o torna ainda mais incompleto.

Convém destacar ainda que o sufixo *-inha* em *sujeirinha* faz emergir um sentido depreciativo de sujeira, algo que não merece tamanha importância na sociedade.

Assim, o discurso religioso se faz presente no discurso entre os sujeitos-mãe e filha, principalmente por fazer emergir via discurso transversal, dois modelos de mulher: a mulher pura, na figura da Virgem Maria, e a mulher pecadora (suja), Eva (no antigo testamento) e Maria Madalena (no novo testamento). Podemos perceber que, no discurso produzido entre os sujeitos, elementos histórico-sociais são atravessados pelo religioso, estabilizando sentidos.

SDR10



Fonte: QUINO. Toda Mafalda: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 254.

Nesta última tirinha temos, através da pergunta do sujeito-Mafalda *Diga uma coisa, mãe: dá para ter filhos sem casar?*, uma provocação ao conceito tradicional de família: ter filhos sem ser casada. Mais uma vez, ao atentarmos para a disposição dos elementos que compõem a imagem, temos por meio do enquadramento à esquerda, – Mafalda –, e à direita – a mãe –, representante da família tradicional, visto que no contexto ela é casada, não trabalha fora, realiza todas as atividades do lar, além de dedicar-se ao cuidado dos filhos. Vale destacar ainda que o acessório – colar de pérolas – que compõe a vestimenta da personagem evidencia o caráter tradicional da personagem.

Notemos que, ao responder ao questionamento da filha, o sujeito-mãe revela-se desconcertada pela dupla possibilidade de resposta, uma do ponto de vista científico, portanto, afirmativo, e outro do ponto de vista histórico/ideológico, nesse caso, negativo. Podemos observar algumas pistas no nível linguístico, as quais possibilitam produzir o

sentido, entre eles o conetivo “mas” que vem impor aos fatores biológicos de gestação, o caráter social de família tradicional, sob o argumento de que os filhos precisam de pai e mãe, mas não só isso, pois pai e mãe precisam ser casados e ter um lar. Temos aqui a família tomada como instituição, que necessita passar pela legitimação, para ser válida diante da sociedade.

Pensar a família como sistema institucionalizado é pensá-la como célula reprodutora de uma sociedade regida por normas, isto é, aos membros que compõem a família são impostos lugares determinados, posições hierárquicas, as quais reproduzem uma sociedade patriarcal, uma sociedade que marca diferenças entre classes, diferenças entre gêneros.

Como sistema institucionalizado, o modelo mais aceito pela ideologia dominante é o de família tradicional (pai – mãe e filhos), o qual tem fortes ligações com a formação discursiva religiosa. Isso nos permite dizer que o discurso do sujeito-mãe, apresentado na tirinha, é atravessado por saberes de uma FD identificada com saberes de ordem religiosa. Nesse sentido, temos o discurso transversal funcionando na produção de sentidos no discurso analisado.

Dando continuidade ao nosso trabalho de análise, podemos observar que ao refletir sobre a resposta dada pela mãe, o sujeito-Mafalda percebe que ter filhos é uma questão de “escolha”, isto é, uma ilusão de escolha, dada a materialidade de suas reflexões expressas através do enunciado – *A questão é que, casada ou solteira, a gente pode ter filhos ou NÃO, conforme a vontade.* O destaque dado ao vocábulo “não” funciona no discurso como uma pista para o assujeitamento ideológico, ao qual a mulher é submetida, isto é, ter filhos pode até ser uma escolha, mas será aceita pela sociedade, aquela que tiver filhos dentro da instituição família - tradicional.

Não podemos, entretanto, deixar de observar o último enunciado da tira. Note-se que, no âmbito visual, Mafalda encontra-se em evidência em relação aos personagens do gênero masculino, o que produz um sentido de contradição, uma vez que há identificação da personagem com o referido gênero. Tal identificação pode ser percebida, também, através do linguístico – pois, ao enunciar – *Uma descoberta triste, meninos! Somos optativos!* –, o sujeito-Mafalda, através do verbo “somos”, assume sua identificação com a maioria masculina de seu grupo de amigos. Além disso, ao enunciar uma *descoberta triste*,

o sujeito aponta uma posição de quem reconhece que a opção, por ter ou não ter filhos, não se configura em uma escolha, mas em uma imposição social dada, sob a forma de ilusão. Desse modo, o termo “optativo” produz o sentido do humor, isto é, nesse discurso, o sentido funciona pelo seu inverso, onde a opção constitui-se em uma forma de assujeitamento.

EFEITOS DE CONCLUSÃO

Ao encaminharmo-nos para o efeito de fechamento desta pesquisa, é importante pontuar, num primeiro momento, que, na perspectiva teórica adotada, o efeito de conclusão funciona simbolicamente, visto que os sentidos não têm começo neste trabalho, nem nele se encerram. Como o próprio título anuncia, a pesquisa aponta gestos de leitura a partir do funcionamento discursivo da interrogação, o que abre espaço para diferentes gestos, também possíveis. Assim, esperamos que as reflexões aqui oportunizadas sirvam como motivação para a continuidade do trabalho, dada sua incompletude constitutiva.

Partindo desse princípio, passamos à síntese dos principais pressupostos desenvolvidos nesta dissertação, pressupostos estes que ajudaram a compreender o funcionamento da interrogação na materialidade significativa, em duas obras de Quino. Desse modo, ao examinarmos as tirinhas, atentamos para o efeito discursivo do funcionamento da interrogação e, para a constituição do sujeito do discurso, imageticamente, identificado com o gênero feminino, mas discursivamente dividido, também, no que concerne os ideais capitalistas.

Nosso estudo estruturou-se no batimento entre descrição e interpretação, compreendendo o funcionamento da interrogação como lugar da incompletude, da falta e do silêncio e nos estudos de gênero que desconstroem as posições dualistas masculino X feminino, assim como, nos pressupostos sócio-ideológicos que sustentam o capitalismo, para apontar a posição assumida pela protagonista.

No que concerne ao estudo da leitura, nosso ponto de partida foi entendê-la, conforme Pêcheux, como “efeito de sentidos entre interlocutores” (1997, p. 82). Assim, a leitura, ao ser tratada como efeito, considera o sujeito como uma constituição, que leva em conta as condições de produção. Nesse sentido, temos um sujeito dividido, clivado, descentrado e assujeitado. Isso se explica, primeiramente, pelo fato de a personagem Mafalda, como sujeito enunciador do discurso, protagonizar dois momentos bem diferentes. Num primeiro momento, ao ser criada, Mafalda produzia um discurso, cujo público inicial era a mulher dona de casa, aquela que consome tecnologia para fins

domésticos; nesse sentido seu discurso era voltado para as práticas inerentes ao capitalismo. Com o passar do tempo, Mafalda, ao compor as páginas de diferentes jornais, todos de grande circulação na Argentina, passa a produzir um discurso voltado ao público, que buscava informações sobre questões ligadas à política e à economia mundial e local. Nesse momento, o sujeito enunciador passa a assumir uma posição-sujeito contrária aos pressupostos capitalistas. Ao observarmos esse processo, percebemos que o discurso de Mafalda é marcado pela desidentificação do sujeito com a FD capitalista e consequente identificação do sujeito com a FD anticapitalista, daí a denominação de um de nossos recortes.

Tal processo justifica-se pelo fato de os sentidos serem produções relacionadas às condições de produção do discurso, as quais comportam o tempo, o espaço e a história. Entre os principais acontecimentos da época, destacamos: o pós-guerra²⁵, a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, além dos conflitos ideológicos que dividiam o mundo e, por conseguinte, o próprio país (Argentina). Tal divisão refletia-se na própria instabilidade econômica e política sofrida no país e no mundo.

Nosso gesto de leitura, dado o contexto histórico no qual a personagem foi sendo construída, toma os sentidos como produção e aponta a relação necessária entre sujeito e a exterioridade – o interdiscurso. Neste trabalho com os sentidos, é importante destacar o papel da memória discursiva, visto que o funcionamento do discurso-outro, na materialidade significante, constitui-se nela sob duas formas: pelo pré-construído (através do qual o discurso-outro se dá na forma de encaixe na linearidade do intradiscurso) e pelo discurso transversal (através do qual o discurso-outro emerge sob a forma de implícito).

Ainda sobre o processo de produção de sentidos, devido ao caráter heterogêneo do discurso, trazemos algumas reflexões sobre a falta como zona de obscuridade, em que a produção de certos sentidos é impedida, por questões ideológicas e sobre o silêncio como lugar do excesso, lugar de interpretação. Desse modo, nosso trabalho mostra que a falta, constituída na interrogação aponta para a ocultação de pressupostos ideológicos no nível do interdiscurso, ao passo que o silêncio aponta para o não-dizer, que também significa.

²⁵ A guerra aqui referida é a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Assim, pelo silêncio, sentidos que não poderiam/deveriam estar no discurso são produzidos.

Ao dar continuidade aos nossos estudos, propomos uma reflexão sobre o humor e seu caráter contraditório. Vimos que o humor constitui-se como um jogo paradoxal entre sentidos evidentes e sentidos identificáveis. É por meio desse jogo que, em *Mafalda*, defeitos são revelados, na medida em que também apontam uma possibilidade outra de realidade.

Convém dizer, então, que o discurso em *Mafalda* é marcado pelo embate de forças, pela luta de classes sob diferentes representações – pelo político, pelo gênero e pelo religioso. Dentre os principais conceitos desenvolvidos no trabalho, temos o conceito de gênero como construção sócio-ideológica, marcada por relações dicotômicas cujos lugares estabelecidos como lugar de homem e lugar de mulher são construídos, repetidos e naturalizados, formando o que chamamos de estereótipos. Isso nos permite dizer que ambos – homens e mulheres –, em sua constituição, são prisioneiros do gênero, pois as determinações históricas, ao funcionarem sob a forma de interpelação ideológica, estabelecem comportamentos próprios aos gêneros masculino e feminino distintamente, sem que lhes sejam permitidas trocas de lugares.

Ao falar de gênero, ainda temos a personagem Mafalda como “produção de uma imagem” (Quevedo, 2012), o que significa dizer que a figura feminina representada na imagem procede de formações imaginárias que vigoram em sociedade. Por essa razão, afirmamos que a personagem, quanto à aparência física, identifica-se com o gênero feminino, mas no que concerne as suas posições-sujeito, é possível perceber que são marcadas pela luta de classes (masculino X feminino) constituída sob os estereótipos do que é ser masculino ou feminino. Desse modo, entendemos que nossa leitura é um trabalho simbólico fundada a partir do conjunto (imagem e palavra), por nós denominado, materialidade significativa.

Note-se que, esses estereótipos são construções que compõem o interdiscurso. É, pois, no interdiscurso, que estão todos os dizeres/saberes possíveis de serem ditos. Nele, as formações discursivas, dadas as formações ideológicas, são construídas. Desse modo, sabendo-se que as fronteiras entre uma formação discursiva e outra não são fixas, o que possibilita ao sujeito transitar entre uma e outra, apontamos, através de nosso gesto de

leitura, a identificação do sujeito, em Mafalda, com duas formações discursivas: a primeira formação discursiva anticapitalista (FDA) e a segunda formação discursiva sexista (FDS) e, emergindo em ambas, temos o discurso religioso, funcionando sob a forma de discurso transverso, conforme podemos observar no diagrama a seguir:

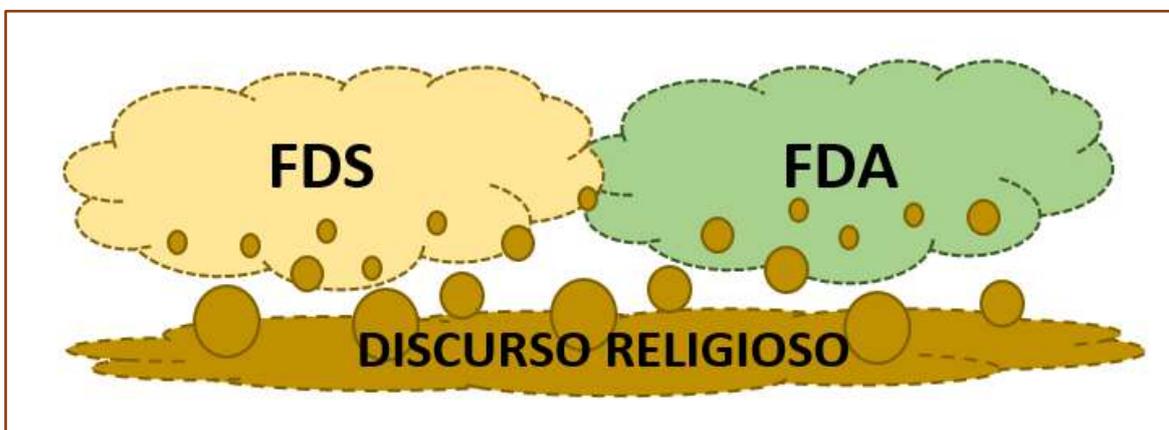


Figura: 13

Como podemos verificar através do diagrama acima, temos o discurso religioso como discurso transverso, perpassando duas FDs. Quanto às FDA e FDS, vemos que ambas têm características próprias, constituindo formações discursivas distintas.

Ao analisarmos as sequências discursivas que compõem a FDA, observamos que, pelo funcionamento discursivo da interrogação, como injunção à interpretação, o discurso do sujeito enunciador, mostra sua posição, a posição daquele que é contra o sistema capitalista. É o que ocorre na sdr1, por exemplo, por meio da denegação e do excesso. Através da interrogação, a posição-sujeito marca a impossibilidade de existência de um sistema que dê conta dos problemas sociais que assolam o mundo, decorrentes do sistema capitalista.

Ao passarmos para a sdr2, observamos que ocorre uma posição de crítica ao sistema capitalista, dado o caráter contraditório do discurso do outro (interlocutor de Mafalda na tira) que, ao omitir sua nacionalidade, revela a perda da identidade americana, consequência da expansão do sistema capitalista, que extrapolou as fronteiras do próprio país. A contradição, expressa pela repetição e pela denegação, é construída a partir do conceito de comércio e liberdade. Aparentemente independentes, esses dois elementos, quando postos juntos, constroem o sentido de que o capitalismo põe em risco a liberdade do outro. Assim, a estátua da liberdade como metonímia de uma grande potência (EUA)

coloca-se no lugar daquele que vende uma falsa liberdade para o outro (países subdesenvolvidos), à medida que o subjuga, mantendo, assim, uma relação de dependência entre o país que domina e os países dominados.

Quanto à sdr3, ainda do primeiro recorte, temos visivelmente, através do jogo imagem/palavra, a luta de classes entre oprimidos e opressores, funcionando inconscientemente no sujeito, por meio da pergunta indireta. A análise nos possibilita perceber que, ao questionar-se, Mafalda revela sua interpelação, seu assujeitamento à ideologia capitalista e religiosa. Desse modo, a pergunta que a personagem faz a si mesma é índice de uma posição-sujeito que se encontra em conflito, devido ao seu duplo assujeitamento, de um lado, dado pelos pressupostos capitalistas, e de outro, pelo assujeitamento à ordem divina.

Desse modo, ao pensarmos no funcionamento da interrogação na FDA, podemos dizer que, nos três casos, há a reiteração de uma posição-sujeito de conflito e enfrentamento aos pressupostos do capitalismo.

Sobre a FDS, as análises apontam para uma posição sujeito identificada com traços que constituem o estereótipo masculino, isto é, os dizeres/gestos do sujeito-Mafalda não condizem com os dizeres/gestos de quem se identifica com a igualdade de gênero, pelo contrário, seus dizeres/gestos perpetuam saberes que compõem uma formação discursiva dominante, isto é, a de uma sociedade patriarcal.

Na sdr4, por exemplo, a posição-sujeito assumida por Mafalda leva-a a questionar a ética política, mas mantendo-se no lugar de reprodutora de uma sociedade machista, em que à mulher cabe atividades ligadas ao lar e ao cuidado com a casa. Não é questionado o gesto de limpar ou não limpar, mas o que limpar, logo, há a manutenção do lugar, ideologicamente, construído para a mulher – o daquela que limpa.

O mesmo processo ocorre na sdr5, pois, frente à problemática criada pelos lugares a serem ocupados na brincadeira e ao ousar na pergunta *Por que não inovar?*, o sujeito-Mafalda desliza ao apontar essa inovação, apenas, para fins de brincadeira, isto é, o sujeito-Mafalda identifica-se com saber de que a presidência da república não é lugar para a mulher e, inovar configura-se em uma ameaça à ordem vigente.

Observamos, também, que a sdr6 aponta para a mesma posição-sujeito da sdr anterior, pois diante de seu próprio questionamento, o sujeito identifica as razões que impedem a mulher de chegar à presidência, logo, à mulher não cabe o lugar de presidente da república. Desse modo, temos por meio de uma pergunta/questionamento, um inconsciente atravessado pela ideologia sexista, em que somente ao homem cabem determinados papéis. Note-se que o trabalho de interpelação ideológica ocorre via pré-construído, isto é, ditos já-ditos, ao retornarem ao enunciado, produzem a estabilização de sentidos: mulher não guarda segredos – mulher não pode ser presidente.

Ao pensarmos nessa estabilização de sentidos dados, podemos observar que o discurso transversal religioso funciona como suporte para essa estabilização. Na sdr7, por exemplo, o funcionamento da pergunta instaura a contradição pela ilusão do livre-arbítrio, presente no discurso religioso.

Um processo contraditório semelhante aparece na sdr8, ao pensarmos que “rezar” pertenceria, apenas, à ordem religiosa e a economia à ordem material. Notamos, desse modo que, por meio do funcionamento da pergunta, o discurso religioso emerge como apelo por resoluções de ordem econômica e política, isto é, o material e o espiritual fundem-se por meio da pergunta.

Quanto à sdr9, podemos dizer que o funcionamento da pergunta faz surgir o discurso transversal religioso, produzindo um sentido de perpetuação de saberes sobre a mulher, isto é, por meio da pergunta, o discurso-outro sobre dois tipos de mulher surge agregado a um valor (puro X impuro; santo X profano).

Observamos, também, que esse mesmo caráter valorativo está presente na sdr10, onde, novamente, o discurso transversal religioso emerge através da pergunta, só que, desta vez, ligado ao conceito tradicional de família e papel da mulher como geradora e educadora de valores morais autorizados, a partir de um modelo de sociedade, cujos papéis são pré-determinados, tanto para o homem, quanto para a mulher.

Ao encerrarmos este estudo, gostaríamos de dizer que, assim como a interrogação convoca o sujeito à interpretação e a uma tomada de posição, também este texto coloca-nos diante de uma possibilidade de leitura, isso significa dizer que, ao colocarmos um ponto final neste trabalho, estamos diante de uma ilusão necessária de

fechamento, pois o discurso e os sentidos não tiveram início neste texto, nem nele se encerram.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. [trad.] Renato Aguiar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

DALY, Glyn. Introdução: Arriscando o impossível. In: ŽIŽEK, Slavoj e DALY, Glyn. **Arriscar o impossível**: conversas com Žižek. [trad.] Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DORNELES, Elizabeth F. a ordem da cultura. In: FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Oficinas de Análise do Discurso**: Conceitos em movimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ERNST, Aracy. **A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo**. SEAD 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>>. Acesso em: 10/06/2015.

FERREIRA, Maria C. L. **Análise do Discurso e suas interfaces**: o lugar do sujeito na trama do discurso. In: Organon – Revista do Instituto de Letras da UFRGS: A pesquisa em Análise do Discurso no PPG-Letras/UFRGS e sua expansão institucional. V. 24 nº 48, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636/17316>>. Acesso em: 15/11/15.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. [trad.] Maria de Lourdes Duarte Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FLAX, Jane. **Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista**. In: HOLLANDA. Heloisa Buarque de (org.) Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. (p.217-250)

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. [trad.] Luiz Felipe Baeta. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FUNCK, Susana Bornéo. Da questão da mulher à questão do gênero. In: FUNCK, Susana Bornéo (org.) **Trocando ideias sobre a Mulher e a Literatura**. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. (p.17-22)

_____. Discurso e Identidade de Gênero. In: CALDAS-COULTHARD, Carmem R. & SCLiar-CABRAL, Leonor (Org.). **Desvendando Discursos**: conceitos básicos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. (183-195)

GRANTHAM, Marilei Resmini. **Da releitura à escritura. Um estudo da Leitura pelo viés da pontuação.** Campinas: Editora RG, 2009.

HENRY, Paul. **Construções Relativas e Articulações Discursivas.** Cad. Est. Ling., Campinas, (19): 43-64, jul./dez. 1990.

_____. **Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso.** [trad.] Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. **Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação.** Cadernos de Estudos Linguísticos, nº 19, jul./dez. Campinas: IEL/Unicamp, 1990.

_____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (Orgs.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas.** Pelotas: Educat, 2001.

JARSEM, René Gomes Rodrigues. **História das histórias em quadrinhos. História imagem e narrativas.** Nº 5, ano 3, set/2007. Disponível em: <<http://historiaimagem.com.br/edicao5setembro2007/06-historia-hq-jarcem.pdf>> Acesso em: 01/05/2015.

LAMAS, Cristiane Giglio. Pica-pau e os ideais norte-americanos. In: **Desenho animado: entretenimento, ideologia e comunicação de massa.** 2012. 130f. Dissertação (mestrado) – Pós-Graduação em comunicação e cultura da Universidade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo. (101-112)

MACHADO, Graciane de Ávila. **1968: ideologia e contestação através das tiras da Mafalda.** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de História: Licenciatura, UFRGS, Porto alegre, RS. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/21324>. Acesso em: 13/06/2015.

MAFALDA ONLINE. Disponível em: <<http://www.mafalda.net/index.php/PT/>> Acesso em: 15/06/2015.

MALDIDIER, D; NORMAND, Cl; ROBIN, R. Discurso e Ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni (org.) **Gestos de Leitura: da história no discurso.** 4ª ed. Campinas: Unicamp, 2014. (69-105)

MARIANI, Bethania. **Subjetividade e Imaginário Linguístico.** Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 55-72, 2003. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.unisul.br/ojs/index.php/Linguagem_Discurso/article/viewFile/246/261 Acesso em: 30/10/2015.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** FERREIRA, Maria Cristina e INDURSKY, Freda (Org.). São Paulo: Claraluz, 2007. (373-380)

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, imaginário social e conhecimento.** In: Revista *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

_____. Prefácio. In: MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso. (Re)ler Michel Pêcheux Hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

_____. **Discurso e Leitura**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012c.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. [trad.] Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4ª ed. Campinas. SP: Editora Unicamp, 2009.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. 3ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados**. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.) **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 2014. (57-67)

PEREIRA, ARACY E. **Na inconsistência do humor, o contraditório da vida: o discurso proverbial e o discurso das alterações**. 1994. 181f. Tese (doutorado) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

QUEVEDO, Marchiori Q. de. **Do gesto de reparar a(à) gestão dos sentidos. Um exercício de análise da imagem com base na Análise do Discurso**. 2012. 253 f. Dissertação. (Mestrado em Letras Linguística Aplicada) Universidade Católica de Pelotas. Pelotas.

QUINO. **Toda Mafalda: da primeira à última tira**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Mafalda Inédita**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SABAT, Ruth. Imagens de gêneros e produção da cultura. In: FUNCK, Susana B. e WIDHOLZER, Nara. (Org.). **Gênero em Discursos da Mídia**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. "O que é (anti) capitalismo." *Revista Crítica Marxista*, V.17 (2003). Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo99artigo2.pdf. Acesso em: 09/08/2015.

ŽIŽEK, Slavoj e DALY, Glyn. **Arriscar o impossível**: conversas com Žižek. [trad.] Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. [trad.] Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.